

Revista de Estudos Anarquistas e Decoloniais UFRJ | Vol. 2, Nº 3 | dezembro/2022 | ISSN 2764-7854



Revista de Estudos Anarquistas e Decoloniais UFRJ | Vol. 2, Nº 3 | dezembro/2022 | ISSN - 2764-7854

ÍNDICE

Wallace de Moraes

EDITORIAL	03
Wallace de Moraes; Cello Latini Pfeil	
TELEJORNALISMO POLICIAL BRASILEIRO: UM INSTRUMENTO DE MANUTENÇÃO DO TERROR E CONSERVAÇÃO DO ESTADO	7
Matheus Alves Lira Pereira	
ABOLIR VISIBILIDADES ANTI-NEGRAS: TRANSTORNANDO O OLHAR-ESPECTADOR E A EMANCIPAÇÃO COLONIAL	30
José Juliano Gadelha	
O CINEMA E A FAVELA: A FIGURA DA MULHER NEGRA PERIFÉRICA NO FILME "ANTÔNIA"	46
Gabrielly Sabóia Gonçalo de Araújo	
DO PATERNALISMO À AUTONOMIA	58
Alan Fernandes	
A NATURALIZAÇÃO E IMPOSIÇÃO DO ESTADO COMO SOBREVIVÊNCIA DO COLONIALISMO	70
Max Reis	
DEMOCRACIA DO QUALQUER-UM	87
Thiago David Stadler	
UMA VISÃO DECOLONIAL DA FINAL DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL	90
W. II. I. M.	SOLAR CELE



EDITORIAL

Wallace de Moraes Cello Latini Pfeil

É com enorme prazer que anunciamos mais um número da READ (Revista de Estudos Anarquistas e Decoloniais) da UFRJ. Ao longo das nossas trajetórias no magistério superior percebemos excelentes trabalhos/pesquisas realizadas por graduandos – alguns com viés decolonial e outras com viés anarquista. Eles esbarravam em um problema: não tinham onde publicar seus pensamentos, pois como sabemos, nossas universidades são eurocentradas e veneram muitos autores racistas, homens cisgêneros brancos europeus. Não havia espaço para criticar os "clássicos". Muito ao contrário: no decurso das ciências sociais ensina-se aos alunos venerar um saber que não privilegia pensadores negros, indígenas, mulheres independentes, membros das comunidades LGBTQIAP+, anarquistas. Existe um epistemicídio que atenta contra esses saberes. Temos orgulho de seguirmos na contramão dessa tendência. Aqui é o lugar para o saber rebelde, revolucionário, decolonial, antirracista,

anti-trans/homofóbico, anti-Estadolátrico, socialista, anarquista, horizontal. As defesas da liberdade e da igualdade devem ocupar lugar central. Os artigos que seguem nesse número cumprem essa louvável função.

Iniciamos a presente edição com o artigo "Telejornalismo policial brasileiro: um instrumento de manutenção do terror e conservação do Estado", de Matheus Alves Lira Pereira. O autor realiza uma análise do telejornalismo policial brasileiro por um viés libertário e anti-capitalista, compreendendo o Estado como produtor de violências institucionais e da mídia televisiva como reprodutora de terror sensacionalista sob justificativa de proteção da sociedade. A perspectiva de análise adotada é anarquista, trazendo autores como Bakunin, Kropotkin, Malatesta e De Moraes. Trata-se de um excelente artigo que aborda o cotidiano de milhões de pessoas alimentadas por uma visão do ódio pelos pobres rebeldes que em sua maioria são negros. Matheus Pereira realmente com sua pesquisa contribui de maneira exemplar para uma crítica mais que necessária da colonialidade do saber imposta na nossa sociedade.

O segundo artigo "Abolir visibilidades anti-*negras*: transtornando o olhar-espectador e a emancipação colonial" de José Juliano Gadelha constitui-se como uma convocação do olhar anticolonial, da imaginação radical e do estabelecimento de novos olhares sobre os horizontes *negros*, em oposição à visão-colônia. José Gadelha ao resgatar e dar protagonismo ao pensamento negro cumpre um papel extraordinário nessa universidade eurocentrada. Sua condução foi cirúrgica e merece todo nosso respeito.

Gabrielly Sabóia Gonçalo de Araújo assina o nosso terceiro artigo denominado: "O cinema e a favela: a figura da mulher negra periférica no filme "Antônia". A autora aborda a questão da construção de olhares negros, analisando as representações femininas negras e periféricas no filme "Antônia" (2006), comprando-as à realidade cotidiana e à violência de Estado. Ela demonstra como a governança sociocultural (De Moraes, 2018) se materializa na produção de conteúdo midiático e no reforço de estereótipos racistas. Desta forma, Araújo utiliza a literatura decolonial e libertária para interpretar o papel da mulher negra em uma produção cinematográfica, preenchendo uma lacuna nas pesquisas universitárias.

Por fim, o nosso quarto artigo é assinado por Alan Fernandes e intitula-se "Do paternalismo à autonomia". Ele implementa uma análise das eleições gerais de 2022 no Brasil. Como parte do referencial teórico anarquista, Fernandes critica o processo eleitoral,

segundo o qual não representa as vontades do povo, mas sim as dos governantes. Com efeito, ele compreende que tanto a esquerda, quanto a direita (e demais organizações políticas partidárias), reproduzem a dinâmica da dominação, renovando seus algozes de tempos em tempos. O povo não é instado a se autogovernar. Leitura importantíssima para os militantes e teóricos do anarquismo.

Partindo para os ensaios, temos a reflexão de Thiago David Stadler: "Democracia do Qualquer-Um". Com muita ironia, o autor incorpora, em primeira pessoa, o ficcional discurso político de um político "qualquer", membro de um partido "qualquer" em uma campanha eleitoral qualquer e baseada em mentiras. Trata-se de uma crítica recheada de picardia desde uma perspectiva anarquista sobre o funcionamento das nossas eleições. Em seguida, apresentamos o ensaio "Uma visão decolonial da final da copa do mundo de futebol", de Wallace de Moraes, que reflete sobre o significado de uma seleção da América Latina só ter jogadores brancos e uma seleção europeia terminar a partida com nove jogadores negros e dois brancos. Como explicar? O autor faz um breve percurso sobre porque a sociedade argentina é praticamente branca em um território habitado por indígenas (antes do colonialismo) e porque a seleção francesa é majoritariamente negra. Todavia, o ponto alto do ensaio é o fato de o racismo no futebol se expressar majoritariamente por impedir negros de ocuparem espaços de comando no futebol. Esse seria a materialização da colonialidade do saber que permite que existam jogadores negros, mas os impedem de ser técnicos ou dirigentes. Assim, escancara as colonialidades..

Esperançamos que o ano de 2023 seja da ação direta, da horizontalidade, do antirracismo, de autogoverno, da liberdade para as comunidades LGBTQIAP+, que ninguém passe fome, que todos tenham moradia decente, sejam respeitados em todas as suas opiniões. Desejamos muito amor! Feliz 2023!

ARTIGOS)

TELEJORNALISMO POLICIAL BRASILEIRO: UM INSTRUMENTO DE MANUTENÇÃO DO TERROR E CONSERVAÇÃO DO ESTADO

Matheus Alves Lira Pereira

Graduando em Ciências Sociais (UFRJ)

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar o telejornalismo policial brasileiro como uma vanguarda de consolidação do populismo midiático penal, uma ferramenta da elite para a manutenção do controle do Estado sobre corpos pretos e pobres marginalizados sob o pretexto de combate à violência — violência esta gerada pela própria configuração social desigual típica do Estado moderno capitalista. Sabendo que o Estado capitalista se aproveita de suas inevitáveis crises para se perpetuar, o artigo parte da perspectiva de que é também através da violência enquanto um fenômeno gerado pela própria sociedade do capital, que o Estado perpetua sua soberania exercendo seu papel de protetor. Dessa forma, causando terror e remediando esse terror, o Estado cria a crença de que precisamos da sua tutela para fins de sobrevivência suprimindo a autodeterminação dos povos.

PALAVRAS-CHAVE: Anarquismo; Sensacionalismo; Telejornalismo; Televisão; Violência.

ABSTRACT: This article aims to present Brazilian police telejournalism as a vanguard for the consolidation of penal media populism, an elite tool for maintaining state control over black and poor marginalized bodies under the pretext of combating violence — violence that is generated by the own unequal social configuration typical of the modern capitalist state. Knowing that the capitalist State takes advantage of its inevitable crises to perpetuate itself, the article starts from the perspective that it is also through violence as a phenomenon generated by the capitalist society itself, that the State perpetuates its sovereignty by exercising its protective role. In this way, causing terror and remedying this terror, the State creates the belief that we need its guardianship for survival purposes, suppressing the self-determination of people.

KEYWORDS: Anarchism; Sensationalism; Telejournalism; Television; Violence.

INTRODUÇÃO

Pretende-se neste artigo, em um primeiro momento, levantar o debate sobre a violência urbana e os impactos da mídia televisiva na opinião pública sobre esta problemática. Posteriormente, visa-se questionar a autoridade do Estado enquanto entidade protetora a partir de uma perspectiva anarquista. Com isso, o artigo divide-se entre uma breve historiografia sobre a "grande mídia" e a consolidação do viés sensacionalista de televisão; uma análise mais aprofundada sobre os telenoticiários policiais brasileiros e a supervalorização da violência fomentada por estes veículos; e, por fim, uma crítica ao Estado e seu braço armado.

Para tal, foram utilizados conceitos centrais como o de Estadolatria de Wallace de Moraes; Liberdade de Mikhail Bakunin; Ordem e Desordem de Piotr Kropotkin e o conceito de Anarquismo e Anarquia de Errico Malatesta. Ao fim, pretende-se não só expor uma elucidação sobre o papel do telejornalismo policial na sociedade brasileira, mas também questionar a funcionalidade da violência como forma de manutenção do poder coercitivo do Estado. Sobretudo, almeja-se duvidar da capacidade estatal de nos prover segurança e liberdade.

A TELEVISÃO COMO UMA FERRAMENTA DE PODER

Ao longo da história do Brasil, a grande mídia, especialmente a televisiva, desempenhou de maneira crescente um papel de grande destaque no cotidiano da população, seja como meio de informação, entretenimento ou propagação da cultura. Inegavelmente, para além dessas funções, a mídia e a propaganda serviram simultaneamente a interesses particulares da elite como instrumentos para fins políticos e doutrinários.

Em *A Lei e A Autoridade*, Piotr Kropotkin ressalta o papel da imprensa como um instrumento que propaga a obediência à lei apesar dos "abusos" contidos nela, as suas consequências inevitáveis. Ainda, para o autor, a submissão à autoridade propagada pelos meios de comunicação, suprime o espírito de iniciativa e revolta nos homens e fomenta a relação de dependência da sociedade para com o governo, incentivando a passividade da população (Kropotkin, 2011: 4).

Um nítido exemplo dessa modulação é o que Eugenio Bucci (2016) definiu como um processo de "modernização" do espaço televisivo e da comunicação brasileira enquanto o

país sofria uma "desmodernização" política durante o conservadorismo repressivo da ditadura militar. Em um esforço de integração do território nacional via sistema Embratel, o autoritarismo militar estabeleceu uma infraestrutura de comunicação que não só divulgava amplamente o ódio a qualquer forma de oposição política ao seu "milagre econômico", mas de acordo com Bucci, ofereceu uma forma de compensação para a exclusão do povo na participação de processos democráticos, convidando-o a participar da sociedade como plateia, uma vez que a prática de sua cidadania ativa estava vetada (Bucci, 2016: 174, 175).

Inserindo a idolatria à pátria, discursos políticos que pregavam um avanço ficcional sob as duras penas da censura e propagandas ideológicas entre telenovelas e programas de entretenimento, o regime militar interferiu diretamente na opinião pública, difundindo e consolidando o seu projeto de poder de forma organizada, através de investimentos e do estabelecimento do que foi e de certa forma continua sendo os pilares da televisão brasileira.

Ainda hoje, o circuito televisivo possui grande influência e relevância enquanto um espaço de circulação de ideias e formação de opinião. De acordo com a terceira edição da Pesquisa Brasileira de Mídia realizada pelo Ibope e encomendada pela Secretaria de Comunicação do Governo, em 2016, a TV era o principal meio de informação para 63% dos brasileiros, chegando a 89% da população se considerarmos quem também a utiliza de forma secundária.

De acordo com a matéria veiculada pelo portal de notícias G1, o objetivo da pesquisa era o de "conhecer os hábitos de consumo de mídia da população brasileira para a elaboração de comunicação e divulgação do governo federal".

Uma vez compreendido o potencial de alcance e o interesse (não recente, mas histórico) do poder público pelo espaço televisivo como meio de divulgação de seus interesses e propagação das suas ideias, torna-se inteligível a capacidade do telejornalismo de atingir as subjetividades dos seus espectadores e moldar a opinião pública. Ainda como plateia de sua própria realidade, a sociedade brasileira consome nos noticiários aspectos do cotidiano como a política, a economia, esportes, cultura, entre outros, através das lentes da ideologia dominante. Quando colocamos o modo de disseminação da informação sobre a violência urbana em perspectiva, entra em cena a estratégia que desenvolveu um novo modo de realizar o telejornalismo: o sensacionalismo; destacando-se dentro dele a espetacularização da violência e o populismo penal midiático.

OS PRIMÓRDIOS DO SENSACIONALISMO

O marco inicial do que hoje conhecemos como jornalismo sensacionalista ou "jornalismo verdade" ocorreu em 15 de outubro de 1963 em São Paulo, com o lançamento do jornal diário impresso "Notícias Populares". De acordo com o CPDOC, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (2009), o jornal fundado pela família de Herbet Levy, presidente da União Democrática Nacional (UDN), partido conservador de direita que tinha como lema a frase "o preço da liberdade é a eterna vigilância" (Wikipédia, 2022), surgiu no período onde Levy era um dos líderes da ofensiva estabelecida contra o governo de Jango.

Apesar de não se denominar como um jornal partidário, subserviente à UDN, o jornal era constituído de membros do partido e serviu como ponte entre a classe empresarial de Levy e as massas populares. Seu lançamento foi amplamente promovido, seu horário de circulação foi pensado de maneira estratégica para caber na rotina do trabalhador, e o seu preço, metade do valor dos jornais concorrentes, foi o que o aproximou dos consumidores de baixa renda (CPDOC, 2009).

O periódico noticiava questões e eventos pertinentes ao cotidiano das classes populares — mortes, crimes e roubos entre manchetes de eleições sindicais, aumentos salariais e concursos públicos eram temas centrais das publicações de maneira pouco ou nada aprofundada. O jornal mesclava humor, exagero nas manchetes e um conteúdo policial cada vez mais explícito e violento, noticiando desde o nascimento do bebê-diabo à loira fantasma, de crimes regionais ao Massacre do Carandiru com fotos explícitas, além de tragédias nacionais como a morte dos Mamonas Assassinas, como de costume, expondo fotos do acidente.

O jornal chegou ao fim circulando pela última vez em 20 de Janeiro de 2001, após inúmeras polêmicas que resultaram em processos judiciais como o de maio de 1991, que pretendia promover a circulação do periódico lacrado, umas vez que seu conteúdo poderia ser sensível à menores de idade (CPDOC, 2009).

Hoje, ao conversar com alguém da geração que consumiu o Notícias Populares, é provável que lhe digam que se espremido, aquele jornal vertia sangue, devido ao acúmulo de tragédias em suas páginas. O periódico estabeleceu a fórmula do noticiário imediato, o

jornalismo do "agora", pouco profundo e apurado, fácil de ser consumido, acessível e com um forte viés de banalização e espetacularização das tragédias do cotidiano, muito similar ao que foi traduzido para o meio televisivo e hoje é veiculado sem nenhum tipo de restrição.

Contemporâneo ao Notícias Populares, o programa de televisão "Aqui Agora" foi outro pilar para a consolidação do sensacionalismo e para criação dos moldes do telejornalismo policial como conhecemos hoje. O programa teve sua estreia no SBT em 1991 e foi exibido até 1997. A grade da atração contava com notícias cotidianas, curiosidades e também tinha enfoque na vida das celebridades da época, mas foi através dos casos policiais e de crimes grotescos que o programa atingiu maior popularidade, principalmente entre as classes C,D, e E, com índices de IBOPE¹ variando entre impressionantes 16 e 29 pontos, tendo como repórter desse núcleo, Gil Gomes (Osmo, Romão, 2021: 3).

Gil Gomes, é uma figura central e referência enquanto repórter da vertente policial do telejornalismo; mais do que um mero intermediador entre a notícia e o público, Gomes se tornou uma figura carismática, sua maneira de noticiar era por si só uma atração, um entretenimento, estabelecendo o que posteriormente viria se tornar o padrão de âncoras desse segmento, como afirma Periago:

O repórter de telejornal policial se torna um integrante ativo. Sua participação é parcial e pode, em determinados casos, interferir com a realidade daquele fato (...). Em determinados casos, a interferência do repórter também serve para manipular momentos que não estão correspondendo com a expectativa de uma determinada situação. Nesse sentido, criam-se situações que aumentam o potencial de um fato para que ele se torne mais fluente aos olhos do telespectador. Esse processo pode transformar a telenotícia em um espetáculo de ficção, pois, em determinadas situações, até elementos da dramaturgia como a tensão dramática, a identificação com o herói ou com vilões, as expressões oral e facial são utilizados para sensibilizar o telespectador (Periago, 2004: 11, apud Osmo, Romão, 2021: 4).

Uma vez que o repórter assume o papel de não apenas informar, mas de envolver os telespectadores para fins de retenção da audiência, através de uma postura parcial, proferindo juízos de valor sobre as situações que noticia e promovendo reações acaloradas sobre os fatos, abre-se o risco de interferência na opinião pública, tornando o telejornalismo não uma ferramenta de informação, mas de educação e formação de opinião. Na figura do repórter ou como veremos adiante, do apresentador — enquanto sujeito colocado em posição de prestígio midiático, o que lhe confere alguma respeitabilidade, surge uma figura que proporciona uma orientação moral, um viés de posicionamento.

¹ Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.

Além disso, outro fator que precariza e torna a credibilidade desse nicho do jornalismo questionável é a sua própria estrutura. De acordo com Periago (2004), o tempo do jornalismo televisivo é mais acelerado, as notícias precisam ser mais sintéticas e simples. Além disso, a apuração do fato precisa ser praticamente instantânea, uma vez que não há condições para a realização de uma pesquisa minuciosa. O processo de edição, por sua vez, tende a privilegiar aspectos apelativos, e o improviso passa a ocupar um papel fundamental. Tudo isso, ressalta a impressão de que o que está sendo transmitido é "a verdade" sobre os fatos (Periago, 2004: 89, apud Osmo, Romão, 2021: 3).

Com narrativas simplistas, abordagens radicais sobre os fatos e doses de humor através de apresentadores caricatos, os telejornais policiais sensacionalistas se estabeleceram como uma vertente popularizada do jornalismo no Brasil. Usualmente, se autoproclamam como "a voz do povo" e através de opiniões extremamente parciais de seus âncoras, dizem expressar "aquilo que ninguém tem a coragem de dizer", ao mesmo tempo, levados numa rítmica menos formal, aproximam os telespectadores e conseguem criar uma atmosfera de entretenimento, mas nem por isso deixam de propagar ideais políticos subservientes ao Capital e ao Estado.

Com o fim do Notícias Populares e do Aqui Agora sobrou o impacto e a estruturação de um novo formato de noticiário que provou ser sucesso de público. O programa televisivo em questão inspirou a insurgência de diversos programas do mesmo gênero nas principais emissoras do país como: Na Rota do Crime (Rede Manchete), 190 Urgente e Cadeia Alborgheti (Rede Gazeta), Tempo Quente (Rede Bandeirantes), Repórter Cidadão (Rede TV!), Brasil Urgente (Rede Bandeirantes), Linha Direta (Rede Globo) e o Cidade Alerta, lançado em 1995, grande símbolo desse formato (Osmo, Romão, 2021, p. 4).

DATENISMO: A ESPETACULARIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E O POPULISMO PENAL MIDIÁTICO

O Datenismo² enquanto conceito cristaliza toda a herança supracitada do telenoticiário policial e, assim, o torna passível de crítica enquanto uma via do jornalismo que não só fere a dignidade humana, mas também infringe leis, como a Lei da Presunção de

² Art. 5°, inciso LVII, da Constituição Federal.

Inocência³, tendo em vista que é rotineiro tratar os suspeitos dos crimes noticiados como culpados. Além disso, os programas dessa vertente contrariam os princípios internacionais da ética profissional do próprio jornalismo, uma vez que o viés sensacionalista distorce a objetividade da informação⁴ e o comportamento irresponsável⁵ dos seus apresentadores torna a sua integridade questionável⁶, outrossim, considerando que o "entretenimento" desses telejornais se dá através da exploração das desgraças humanas, no processo de gerar e reter audiência, inúmeros cidadãos têm suas privacidades invadidas e sua dignidade maculada⁷.

Alguns exemplos dessas infrações:

Em 9 de Junho de 2020, o programa Cidade Alerta da TV Record, sob o comando de Luiz Bacci, cobriu o assassinato de um homem em São Paulo. Na reportagem em questão, a repórter Luiza Zanchetta, com base em relatos de vizinhos e sem nenhuma apuração, identificou o homem assassinado como agiota. A afirmação irresponsável gerou grande desconforto aos familiares da vítima e ao público. De uma lado, a filha órfã entrevistada ao vivo fez um desabafo e cobrou seriedade da emissora em prantos; de outro, a hashtag "Record lixo" se tornou o assunto mais comentado no dia seguinte, como forma de retaliação do público indignado com a exposição sofrida pela jovem e pela difamação da vítima (Jornal Correio, 2020).

Antes, em 23 de Junho de 2015, Datena exibiu ao vivo na Rede Bandeirantes, uma perseguição policial que acabou em dois tiros à queima-roupa em São Paulo. Na ocasião em questão, um policial em uma moto seguiu, e mais tarde, disparou contra duas pessoas que estavam em outra moto.

Datena narrava com animosidade o evento: "A polícia vem atrás, em velocidade atrás do marginais, *Que coisa incrível isso aí! Que imagem! Que imagem impressionante*", disse Datena. Com os sinais dos disparos do policial, Datena ressalta: "Não sei se os caras apontaram a arma pro policial, não vi." (Carta Capital, 2015).

Simultaneamente na Rede Record, Marcelo Rezende noticiava o mesmo fato enquanto se prontificava a justificar a ação policial no desenrolar acalorado da cena: "O

³ Princípio II - A Dedicação do Jornalista para Realidade Objetiva - Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

⁴ Princípio III - A Responsabilidade Social do Jornalista - Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

⁵ Princípio IV - A Integridade do Jornalista Profissional - Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

⁶ Princípio VI - Respeito à Privacidade e à Dignidade Humana - Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

⁷ Intervenção Federal: um modelo para não copiar.

homem da Rocam já pega no revólver, não sei se ele atirou, heim... Porque parece que ele atirou. *Porque, se ele atirou, é porque o bandido tava armado. E ele fez muito bem, porque, repara: ele tem que defender a vida dele.*" (Carta Capital, 2015).

A exibição da morte em rede nacional e a narração desse evento num tom quase esportivo captura bem o que é a espetacularização da violência, o entretenimento gerado na legitimidade que o Estado outorgou para si em matar. O exemplo em questão aponta também para uma outra característica central da narrativa dessa vertente do jornalismo: a exaltação da instituição policial enquanto uma face do Estado, onde os governantes se auto proclamam pacificadores e civilizadores da espécie humana (Kropotkin, 2000: 12).

A glorificação da Polícia Militar através desses telejornais é apenas uma das diversas dualidades propagadas nesse meio. Colocar policiais como heróis nacionais de um lado, implica diretamente em colocar no outro lado corpos pretos, pobres e periféricos marginalizados como vilões. Isso porque, como afirmam Romão e Osmo (2021), a visão de mundo apresentada no jornalismo policial consiste em uma realidade social extremamente perigosa, tendo como causa desse perigo, a má índole de certas pessoas, que acabam optando pelo banditismo. Sendo assim, para nossa segurança, seriam necessárias leis mais rigorosas e policiamento mais intensivo. No entanto, só isso não seria o suficiente, também é necessário que a sociedade violente quem a violenta em primeiro lugar (Osmo, Romão, 2021: 5).

Para os autores, estes programas constroem uma visão fortemente maniqueísta do mundo, em que a esfera do bem está constantemente ameaçada pela esfera do mal, a qual é encarnada pelos infratores da lei, nessa dinâmica dualista entre certo e errado, cidadão de bem x criminoso, ordem x desordem é que se dá o populismo penal midiático — a exploração do medo da sociedade através da hipervalorização da violência e a utilização de discursos populares para a intensificação de medidas punitivas e da repressão estatal, fortalecendo a mentalidade de dependência do povo para com o governo.

Esse cenário construído pelos noticiários serve de propagação para o que Wallace de Moraes denomina como "Estadolaria", a idolatria ao Estado, a ideia de que a coerção estatal é necessária para a fruição da vida em sociedade e, ironicamente, para a garantia de igualdade e uma suposta liberdade (MORAES, 2021: 19). Cria-se a ideia de que a violência policial é necessária para conter a violência urbana, de que as mortes e abusos de autoridade cometidos por policiais e outras autoridades em segurança pública são reflexos do combate incisivo à

criminalidade, fruto da proteção estatal. Assim, aprende-se a valorizar o comportamento truculento das corporações policiais, incita-se aplauso à casos de terrorismo institucional e cria-se a ideia de que "estamos do mesmo lado", de que tudo é para a garantia de nossa sobrevivência.

Entretanto, o discurso superficial de defesa da ordem e garantia de manutenção da segurança pelo Estado encobre uma lógica complexa e racista de marginalização de determinados grupos. Se o Estado e a polícia são os órgãos responsáveis por trazer a ordem, quem são aqueles que trazem a desordem e são combatidos com morte? Além disso, o que é a ordem?

Dados de 2020 do Fórum Brasileiro de Segurança demonstram quem são as pessoas que mais morrem em nome da ordem ou da paz, sobre quais corpos o Estado e a polícia constroem a sua "glória". Segundo a pesquisa, em 2020, 6.416 brasileiros foram mortos em intervenções policiais, desse montante 78,9% eram negros, tornando a letalidade de operações policiais 2,8 vezes maior entre negros. Nesse cenário, o Rio de Janeiro ocupa a primeira posição no ranking das cidades letais. Entre as 415 pessoas mortas pelo braço armado do Estado na cidade em 2019, 82,2% eram pretas e pardas.

Dados do Atlas da Violência de 2021, demonstraram a persistência histórica desse cenário, onde a população negra figura como a que mais morre no Brasil. No país, 77% das vítimas de homicídio são negras e a chance de uma pessoa negra ser assassinada é 2,6 vezes maior que a de uma pessoa branca, resultando na morte de 34.446 pessoas negras em 2019.

Sobre a ideia de ordem, em *Palavras de um revoltado*, Kropotkin critica o regime capitalista enquanto uma forma de governo que se sustenta pela apropriação indébita do que é produzido em sociedade através da exploração. Nesse sentido, o autor dá a seguinte definição para o que é ordem:

(...) a ordem é a miséria, a fome, tornadas estado normal da sociedade (...) A ordem é uma minoria ínfima, educada nas cátedras governamentais, que se impõe por esta razão à maioria, e que prepara seus filhos mais tarde para ocupar as mesmas funções, a fim de manter os mesmos privilégios, pela astúcia, pela corrupção, pela força, pelo massacre (Kropotkin, 2005: 87, 88).

Isto é, a ordem que o Estado capitalista visa manter é a estrutura necessária para a sua conservação. Não se trata de garantir segurança, bem-estar, conforto ou melhorias para todos, mas sim de manter o seu domínio, exploração, subjugação e extermínio que garante a posição dos poucos mesmos homens no poder. A ordem é a desigualdade, é o baixo nível de

escolaridade, é a fome, é a pobreza, é a miséria, é a exploração, é o aviltamento do homem que surge do desgaste, da desesperança, da necessidade, da falta de oportunidades e da negação de sua construção enquanto ser humano. A ordem é o processo de desumanização que gera a própria violência, é o processo de exclusão que gera a criminalidade. A ordem é o processo pelo qual o Estado tira a vida daqueles que ele mesmo impediu de se tornar gente.

Logo, os que ameaçam a ordem por não terem condições de pertencer à esfera dos que ditam as leis, são aqueles segregados, que andam constantemente sob as armas dos Estado, os pretos e pobres marginalizados, os que mais morrem no Brasil.

O autor prossegue:

A desordem é a insurreição dos camponeses contra os sacerdotes e os senhores, incendiando os castelos para dar lugar às choupanas, saindo de seus esconderijos para ocupar seu lugar ao sol. (...) A desordem, – o que eles denominam de desordem – são as épocas durante as quais gerações inteiras mantêm uma luta incessante e se sacrificam para preparar uma existência melhor para a humanidade, livrando-a das servidões do passado. São épocas durante as quais o gênio popular toma seu livre impulso e dá, em alguns anos, passos gigantescos, sem os quais o homem teria permanecido no estado de escravidão antiga, de ser rastejante, aviltado na miséria (Kropotkin, 2005: 89).

Portanto, entende-se a desordem como qualquer tipo de consciência ou movimentação contrária a opressão e a marginalização gerada pelo Estado. É o ímpeto de contestação, é a vontade de se rebelar e o instinto de se indignar e romper com as estruturas desiguais que mantém esse Estado. A desordem é a consciência política, é a percepção de classe, é se negar a continuar sendo explorado, hostilizado e ver seus semelhantes serem mortos, a desordem é o medo do Estado de que o povo perceba que tem no seu suposto provedor, o seu maior inimigo.

Por isso, a grande mídia subserviente à elite destitui a realidade de todo o seu sentido político, material, concreto e científico. Ao colocar o problema da violência urbana como uma questão de má índole, ausência de educação ou desvio de caráter dos "meliantes" os apresentadores desconsideram toda a desigualdade estrutural que é o cerne da nossa sociedade: a fome, a pobreza, a falta de oportunidades, o racismo estrutural, o abandono das periferias, suas vulnerabilidades socioeconômicas, entre outros.

Tudo se resume a opiniões acaloradas e ofensivas que sensibilizam os espectadores. Osmo e Romão ressaltam uma fala de Percival de Souza, co-apresentador de Marcelo Rezende no Cidade Alerta que expressa a banalização dessa conjuntura: Percival de Souza - [VÍDEO]: [Marcelo Rezende e Percival conversando no estúdio] Marcelo, eu tenho feito questão nesses últimos casos graves de latrocínio de conversar com o bandido, de procurar entendê-lo quando ele é autuado em flagrante na delegacia. Então eu tô vendo, isso tá uma tônica. Primeiro, eles têm o prazer de matar. Essa é a expressão correta: prazer de tirar a vida da vítima. Segundo, perdeu o sentido você seguir todas as instruções. Você não tem garantia nenhuma de seguir as regras do jogo que ele pretende escapar... ahn... implantar. Ele atira em você por nada, sem motivo nenhum (Osmo, Romão, 2021, p. 7).

Esse discurso vazio serve como base para a defesa de medidas mais incisivas de repressão e punição e como justificativa para o comportamento truculento típico da polícia militar. Entram em cena o julgamento moral antes mesmo do julgamento judicial, a defesa da violência policial e da pena de morte como os autores ressaltam em outro trecho do mesmo jornal:

Marcelo Rezende – Por que que eles fazem isso? Porque nós não temos uma punição rigorosa. (...) Se por ventura, se por ventura, nós tivéssemos nesse país uma resposta imediata a esse tipo de crime, isto é, se nós pudéssemos ver um sujeito desses, indo para um julgamento, e um julgamento onde pudesse chegar até a pena de morte, a pergunta que eu te faço é: ele atiraria ou não atiraria? Digamos que ele atirasse. Tudo bem. Ele atirava, mas morreria também, era menos um (Osmo, Romão, 2021, p. 8).

Esses discursos recebem aprovação do público já aterrorizado pela situação da sociedade retratada nos noticiários — uma sociedade com traços quase apocalípticos, inclusive representada com analogias teológicas, onde homens matam por prazer, o respeito entre os homens não existe e onde não há segurança em sociedade sem a presença do Estado enquanto autoridade máxima, personificada na imagem do policial. Esse cenário retoma o conceito dualista de mundo citado anteriormente, entre heróis e vilões, os que protegem a ordem e os que ameaçam a ordem. Passa-se a exaltar a figura da polícia e o ódio pela camada mais vulnerável da sociedade, demonizando tudo o que se relaciona com a periferia, tornando os corpos marginalizados vidas subvalorizadas, descartáveis, incômodas e indesejáveis, criminalizando a pobreza.

Isso se tornou evidente no episódio ocorrido no "Baile da 17" em Paraisópolis, no dia 1 de Dezembro de 2019, onde 9 jovens morreram pisoteados durante uma ação da Polícia Militar de São Paulo e diversos outros foram feridos e agredidos pela própria corporação. Como pretexto para justificar a ação criminosa da polícia, Datena, enquanto apresentador do Brasil Urgente disse:

A maioria desses bailes é patrocinado por crime organizado, é... é pra escoar droga pra caramba [...] A maioria dos moradores é contra esse negócio de baile funk porque é... é sexo pra caramba em plena rua, é... distribuição de droga pra caramba, criança bebendo álcool e daí por diante,

e daí por diante se chega à tragédia anunciada que é o nosso país [...] O baile funk, a gente vem falando a muito tempo que tragédias vêm se sucedendo, já teve gente que foi linchada em baile funk, já teve gente que foi baleado, teve cara que foi baleado dentro de casa! Na própria casa porque o baile é na porta e daí por diante. Não acaba com esse negócio de baile funk, entendeu? Se continuar, as tragédias vão continuar acontecendo (Youtube, 2020).

Retratar a cultura de favela baseada num certo senso comum elitista serve como "justificativa" para dizer que as mortes desses jovens foram inevitáveis, para não responsabilizar a ação irresponsável da polícia. É transformar uma ação criminosa do Estado em uma mera tragédia anunciada, é encobrir que na realidade para o Estado existem vidas menos valiosas, é omitir que festas regadas a drogas nos bairros de classe média alta ocorrem sem interferência policial e que o motivo da morte desses jovens é porque eles eram pobres e que por isso podiam morrer, porque para o Estado todo corpo periférico é criminoso.

Nesse cenário de desvalorização de vidas pretas e pobres é que surge José Siqueira Barros Júnior, conhecido como Sikêra Júnior, apresentador do Alerta Nacional. O programa estreou em Janeiro de 2020 na RedeTv! e segue a mesma linha dos programas anteriormente citados. Entretanto, se destaca pelo uso do humor como cortina de fumaça para banalizar a morte e incentivar a violência vinda do Estado.

Sikêra Júnior tem em seu programa o quadro "CPF Cancelado" onde comemora de maneira teatral a morte de criminosos e possíveis criminosos. Além disso, outra forma de celebração dessas mortes se dá através da seguinte música com a participação de toda a equipe: "Ele morreu (morreu!), ele morreu! (morreu!), problema dele, antes ele do que eu" (Youtube, 2020). Esse talvez seja o retrato mais marcante de como a violência se tornou entretenimento e de como é incentivado na sociedade um sentimento de vingança.

Nessa visão entre dois extremos, o princípio de presunção da inocência é corrompido e substituído por ímpetos radicais, a cultura periférica é criminalizada, a pobreza é marginalizada, informações são passadas sem apurações e leis são infringidas, mas, principalmente, não são apontadas as incoerências, os abusos e os crimes da própria polícia, ao menos não de maneira igualmente incisiva.

Nesse sentido, a influência que esses discursos possuem na mentalidade e na opinião do público é incontestável uma vez que de acordo com a análise de Alex Buzeli Bonomo (2015), para Bakunin, o livre-arbítrio enquanto uma ideia espontânea ou um raciocínio autônomo e isolado de influências não existe:

O homem pode tomar partido por um ou outro fator que nele opera, determinando-o, mas a própria tomada de partido é determinada, por exemplo, por sua noção de bem e de mal. Bakunin entende essa noção como algo que deriva da própria convivência social do homem e da determinação social sobre o indivíduo, ou por alguma força imposta por certas circunstâncias, que o leva a tomar partido por um ou por outro fator. Assim, segundo ele, deve-se rechaçar tanto a possibilidade do que os metafísicos chamam de ideias espontâneas, quanto os supostos atos espontâneos da vontade, aquilo que se define como livre-arbítrio. [...] A determinação do homem possui um duplo aspecto: um físico, natural, orgânico, fisiologicamente hereditário, e outro social, da tradição social, da organização pública, econômica e social dos países. Nesse sentido, não há lugar para o livre-arbítrio (Bonomo, 2015: 17).

Ou seja, além de a vontade humana, isto é, seu poder de tomar partido, ser um cruzamento das concepções do homem com os fatores que atravessam sua convivência social e a determinação social que atua sobre ele, para Bakunin, o homem não tem a capacidade de romper com essa determinação que abarca todos os seus sentidos, que o forma e educa, que o alimenta e atinge a profundidade do seu intelecto e de sua moralidade (Bonomo, 2015: 17). Sendo assim, incontornavelmente o homem constrói seus julgamentos em coletividade, tomado pelas influências que atravessam sua vivência, o que mais uma vez reforça o papel desses telejornais na criação de uma "mentalidade popular".

QUEM NOS PROTEGE DE QUEM DIZ NOS PROTEGER?

Se de um lado, os telejornais projetam a imagem da polícia de forma heróica, um meio de proteção do povo, o instrumento pelo qual o Estado salvaguarda vidas, a realidade mostra que o papel da corporação é bem diferente, senão o oposto quando se trata da população periférica.

Em *A Lei e a Autoridade*, Piotr Kropotkin (2011), abre a reflexão sobre todas as iniquidades cometidas em nome da lei, em uma breve historiografia da criação dessas normas que datam do surgimento da burguesia e foram santificadas pela Igreja, para então serem impostas ao povo. O autor demonstra que a dinâmica de hoje é a mesma de séculos atrás:

Perguntam como é que a lei se mantém e vêem as atrocidades do bizantinismo e as crueldades da Inquisição; as torturas da Idade Média, as carnes vivas cortadas em tiras pelo chicote do carrasco, as correntes, as grilhetas, a clava, a acha-de-armas ao serviço da lei; os sombrios subterrâneos das prisões, os sofrimentos, os prantos e as maldições. E hoje – sempre o machado, a corda, o fuzil e as masmorras; de um lado, o embrutecimento do preso reduzido ao estado de animal dentro da jaula, o envilecimento do seu ser moral, e do outro, o juiz desprovido de todos os sentimentos que constituem a melhor parte da natureza humana, vivendo como um visionário num mundo de ficções jurídicas (Kropotkin, 2011: 6, 7).

REVISTA DE ESTUDOS ANARQUISTAS E DECOLONIAIS | V. 2, N. 3 | NOVEMBRO DE 2022 | ISSN 2764-7854

Para o autor, a manutenção e o exercício das leis é um processo que viola os corpos que apresentam riscos. A lei, nesse sentido, nada mais é do que a violência vinda "de cima" que se veste de justiça e reforça o direito do Estado em matar, de forma que não há lei sem violência. Sendo assim, o quanto a lei e a autoridade já feriu? E quem nos protege da lei?

São inúmeros os casos que demonstram o ódio, o descuido e o desrespeito da polícia militar para com as populações das favelas em todo o território nacional. Ao longo de sua história a polícia causou inúmeras tragédias, que comumente quando ocorrem são tratadas como "casos isolados" ou "comportamentos individuais de integrantes que não representam a corporação". Mas porque esses casos isolados são sempre tão frequentes e presentes na nossa sociedade?

Só no Rio de Janeiro, de 2004 à 2022, contabilizando somente as operações policiais mais letais, foram 166 mortos, de acordo com o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI) da Universidade Federal Fluminense, divulgados pelo G1:

- Jacarezinho (maio de 2021) 28 mortos;
- Vila Cruzeiro (maio de 2022) 24 mortos;
- Complexo do Alemão (junho de 2007) 19 mortos;
- Senador Camará (janeiro de 2003) 15 mortos ;
- Fallet/Fogueteiro (fevereiro de 2019) 15 mortos;
- Complexo do Alemão (julho de 1994) 14 mortos;
- Complexo do Alemão (maio de 1995) 13 mortos;
- Morro do Vidigal (julho de 2006) 13 mortos;
- Catumbi (abril de 2007) 13 mortos;
- Complexo do Alemão (agosto de 2004) 12 mortos;

Ainda de acordo com o GENI, em dados reportados pelo Folha de São Paulo, a gestão de Cláudio Castro, substituto de Witzel, enquanto governador interino do Rio de Janeiro, acumula 330 mortes em 74 operações no estado. No período Witzel foram realizadas 104 operações policiais, já com Castro o número de operações diminuiu, como dito anteriormente, mas a letalidade aumentou. Com Witzel, foram registradas 3,8 mortes por ação, com Castro os números sobem para 4,5. Dados como estes revelam a política de morte do Estado.

Para além das operações policiais, algumas tragédias tomam protagonismo tamanha a indignação gerada na população. Como o caso de Kathlen Romeu, a jovem preta de 24 anos grávida de 3 meses, morta em Junho de 2021 por um disparo de fuzil feito por um policial militar do Rio de Janeiro, que pouco mais de um ano depois da tragédia ainda não foi responsabilizado devido a não conclusão das investigações.

Além de Genivaldo de Jesus Santos, homem preto de 38 anos, morto em Maio de 2022 por insuficiência aguda secundária a asfixia, após policiais rodoviários federais transformarem o porta-malas da viatura em câmara de gás lacrimogêneo e spray de pimenta. O pedido de prisão preventiva dos assassinos foi negado pela Justiça Federal de Sergipe.

Ainda o caso que ficou conhecido como "A Chacina de Costa Barros", onde os jovens Roberto de Souza Penha, 16 anos, Carlos Eduardo da Silva de Souza, 16 anos, Cleiton Correa de Souza, 18 anos, Wilton Esteves Domingos Junior, 20 anos e Wesley Castro Rodrigues, 25 anos, todos pretos, foram mortos por 111 disparados de policiais militares em Novembro de 2015, voltando da comemoração ao primeiro emprego de um deles. Os policiais afirmaram que houve confronto com os jovens, o que foi desmentido pela perícia.

Esse Modus Operandi não se resume apenas à polícia, mas à outras instituições brasileiras militarizadas, como o Exército, que matou o músico Evaldo dos Santos Rosa, em Abril de 2019, ao fuzilar com mais de 80 disparos o carro do artista onde também se encontrava sua família, incluindo uma criança de 7 anos.

São incontáveis casos, recentes e antigos, que envolvem a morte de homens, mulheres, jovens e crianças nas mãos daqueles que dizem proteger as nossas vidas. Isso demonstra a falta de valor das vidas pobres neste país, isso demonstra quem "pode morrer", quais vidas podem ser perdidas em nome da ordem, ou melhor, quais vidas são vistas como ameaça à ordem. Isto evidencia também quem são os corpos vistos como suspeitos e passíveis de serem confundidos, são as vidas pretas, pobres e periféricas.

"Acidentes" ou "infortúnios" como estes continuarão a acontecer porque não se tratam de acidentes, mas fazem parte da natureza e do propósito de existência das corporações enquanto instrumentos de coerção e nunca representarão um avanço social, pelo contrário, todo progresso será conquistado contra esses instrumentos e não através deles (Kropotkin, 2007: 36).

Mas ainda assim, somos induzidos por meio desses telejornais que promovem o heroísmo das forças militares nacionais a acreditar que os que têm a permissão legal de nos matar nos protegem e que devemos temer a nós mesmos, nossos semelhantes, e que a saída para as questões de violência são mais mortes legalizadas, mais repressão, mais violência estatal.

Essa lógica de controle incentiva medidas como decreto de intervenção federal na segurança pública que ocorreu no Rio de Janeiro em 2018, assinado pelo ex-presidente Michel Temer. Com o decreto, as Forças Armadas sob a ordem do general Walter Souza Braga Netto, assumiram a responsabilidade de comando das polícias Civil e Militar, além da Secretaria de Segurança, Corpo de Bombeiros e do sistema carcerário no estado, tendo sido voltado para esse projeto, R\$1,2 bilhões de verbas federais.

Assinado em 16 de Fevereiro de 2018 e previsto até 31 de Dezembro do mesmo ano, o decreto que prometia ser uma "resposta firme" ao crime organizado se tornou mais uma via de violência de acordo com o relatório final do Observatório da Intervenção⁸, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes (CESeC/Ucam).

De acordo com os dados do relatório, divulgados pela Revista Digital Laboratório da Faculdade Cásper Líbero⁹, durante o período da intervenção federal, houve um aumento de 33,6% nas mortes por ações de agentes do Estado. Houve também um aumento significativo no número de chacinas no ano da intervenção, sendo 63,6% maior que o ano anterior, somando 216 vítimas.

A publicação da Cásper Líbero ainda conta com relatos de moradores de diferentes comunidades afetadas pela intervenção. Débora, 26 anos, moradora do Morro do Turano, comenta uma das promessas feitas durante a intervenção, de que primeiro seria garantido a segurança, e depois seriam feitas políticas públicas para beneficiar a comunidade:

É um sentimento muito forjado pela mídia, porque ela fazia parecer que o Rio de Janeiro estava vivendo um período apocalíptico e o exército iria salvar a cidade de todos os males. Mas, com o passar do tempo, a gente foi percebendo que era diferente (Revista Esquinas, 2021).

No seu relato fica evidente o quanto a realidade se mostrou diferente do ideal amplamente divulgado, a promessa de segurança e dignidade se materializou em terrorismo:

⁸ Revista Esquinas.

⁹ Termo que designa o estilo de programa policial brasileiro marcado pelo sensacionalismo. O nome faz referência à Datena, expoente da vertente no país.

Meu irmão tinha uma moto e acordou às quatro horas da manhã para ir trabalhar em Maricá. Nesse dia, tinham militares fazendo operação militar no morro, e foram esses militares que bateram na cara dele, jogaram a sua marmita no chão e o humilharam (Revista Esquina, 2021).

No relato de outra jovem, Ana Clara, 22 anos, moradora do Complexo da Maré, fica nítido o trauma que persiste na vida daqueles que conseguiram sobreviver:

Tenho amigos que não conseguem ver um tanque ou carros da polícia sem se urinarem, eles passaram por coisas piores que eu. Existem pessoas que tiveram as vidas literalmente marcadas, e temos desaparecidos que até hoje não sabemos onde está o corpo (Revista Esquina, 2021).

Entre os relatos de moradores de outras comunidades fica claro outros fatores negativos da experiência, como o medo constante, experiências de quase morte, a impossibilidade de trabalhar ou estudar por estar preso em confrontos, revistas policiais nas casas dos moradores, roubos e desrespeito para com a população. Em suma, a sensação de estar refém, jamais protegido.

OS OPRIMIDOS SÃO O PODER E A FAVELA É EPICENTRO DA REVOLUÇÃO

Errico Malatesta, atribui o nascimento do anarquismo à "revolta moral contra as injustiças sociais", para ele, o movimento surgiu através de homens que se sentiram sufocados pelo ambiente social em que eram obrigados a viver, que sentiram a dor dos demais como se ela fosse a sua própria. Além disso, foi também pela consciência de que o sofrimento humano deriva de realidades sociais dependentes e moldadas pela vontade humana que esses homens perceberam-se capazes de modificar o mundo em que vivem (Malatesta, 2009: 4).

De maneira geral, a anarquia é fruto da desordem anteriormente citada, o ímpeto de autoconsciência e percepção sobre o espaço que se ocupa no mundo e a busca pela liberdade que o Estado tenta constantemente conter. Por tudo o que foi exposto até aqui, pode-se afirmar que ninguém necessita mais da liberdade defendida e almejada pelos princípios anarquistas do que os que mais morrem no Brasil, os cidadãos pretos, pobres e periféricos que estão constantemente na mira dos fuzis do Estado, sob suspeita, passíveis de ódio e desconfiança apenas por existir. Pelos mesmos motivos, estes, capazes de pensar e com a necessidade de se revoltar, nas palavras de Bakunin (Bakunin, 2002: 10), são a potência necessária para a revolução. São estes que sabem que o Estado não protege, mas oprime. Que

o Estado não preserva a vida, mas mata. São estes que sabem que só podem contar consigo e com seus semelhantes para sobreviver.

Entretanto, estes também são os incentivados a viver com medo, a desconfiar dos seus semelhantes porque a lógica do Estado é promover guerras internas, destruir a coletividade, suprimir a consciência, confundir e separar, para então se impor como autoridade e perpetuar o seu papel como tal (Malatesta, 2009: 4).

Para Kropotkin, o aumento das leis se relaciona diretamente com essa ignorância disseminada na sociedade e a desordem nos espíritos dos homens, que pode ser compreendida como uma desorientação, ou desinformação, dessa forma, ele afirma: "Os homens tudo esperam da legislação e, constituindo cada lei nova um novo erro de contas, são levados a pedir-lhe incessantemente o que só pode vir deles próprios, da sua educação, do estado dos seus costumes" (Kropotkin, 2011: 3).

Com isso, o autor nos leva a pensar que somente a autodeterminação dos povos e a ação direta pode conduzir o mundo que conhecemos à liberdade. Livres da mentalidade estadolátrica imposta durante toda a vida, que nos faz acreditar que sem a atuação do Estado estaríamos de volta ao estado de natureza do pensamento hobbesiano, enquanto na verdade o Estado capitalista nos lança em uma constante anormalidade social, indo de encontro com a ideia de artificialidade de Bakunin (Bonomo, 2015), que se refere às desigualdades fabricadas pelo Estado, desigualdades essas que se tornam mortais e que comprovam a ineficácia das leis.

De acordo com Mikhail Bakunin, é necessária a compreensão de que o Estado e suas leis não constituem o meio pelo qual a humanidade atingirá a liberdade uma vez que a pobreza e a exploração dessa pobreza como meio de obter trabalho barato é requisito para o funcionamento da estrutura capitalista. Dessa forma, o autor afirma que o que resta ao povo são "aparências da liberdade", enquanto a real liberdade é exclusiva da elite (Bakunin, 1989: 58, 59).

Para o autor, o fundamento real da liberdade se baseia no desenvolvimento integral e no desfrutar pleno de todas as faculdades corporais, intelectuais e morais para todos. Além do acesso aos meios materiais necessários à existência humana, a educação e a instrução, a dignidade em viver:

Um homem que morre de inanição, que se encontra esmagado pela miséria, que se acaba, a cada dia, de frio e de fome, e que, vendo sofrer todos aqueles a quem ama, não pode socorrê-los, não é um homem livre, é um escravo. Um homem condenado a permanecer toda sua vida um ser brutal, por falta de educação humana, um homem privado de instrução, um ignorante, é necessariamente um escravo; e se ele exerce direitos políticos, podeis estar certos de que, de uma maneira ou de outra, os exercerá sempre contra ele mesmo, em proveito de seus exploradores, de seus senhores (Bakunin, 1989: 59).

Além disso, suas ideias sobre liberdade consistem no pensamento de que nenhum homem deve obediência a outro, sendo livre somente sob a condição de que todos seus atos sejam determinados por suas próprias vontade e convicções. Sem essas condições a liberdade é ilusória (Bakunin, 1989: 59, 60).

Com isso, compreende-se que liberdade para Bakunin é a capacidade do homem em desenvolver completamente suas potencialidades, tornando-se autônomo, pensante, vivendo dignamente sem se sujeitar a exploração de outros. É o fim de qualquer forma de exploração uma vez que nenhum homem deve ser mais livre que o outro, mas todos devem viver em igualdade (Bakunin, 1989: 62, 63).

Outro fator importante é entender que a liberdade é um produto da coletividade, portanto, a liberdade de um homem não pode ser gerada fora da sociedade e sem o intercâmbio com os seus semelhantes. Para o autor, é a conversação que retira o homem de um lugar de animalidade e o leva à humanidade (Bakunin, 1989: 60, 61).

Sendo assim, uma vez que o homem se faz humano pela inclusão, socialização e pleno exercício da sua liberdade, a segregação dos povos marginalizados, sua exploração pelo sistema capitalista e o terror fabricado entorno da sua imagem são as ferramentas de desumanização que fazem com que semelhantes se odeiem, que temamos uns aos outros, para que assim o Estado desempenhe o seu papel de protetor convencendo-nos de que ele é necessário.

CONCLUSÃO

Em suma, entende-se que o Estado enquanto autoridade não existe para garantir o bem-estar social como a mídia de viés policial dissemina, pelo contrário, o Estado instrumentaliza as vidas humanas para a manutenção de sua existência, em um processo que consiste em privar a parcela mais pobre da população do seu desenvolvimento, para assim, explorar a sua miséria, além disso, envolve a vilanização do povo pobre e a construção da sua

figura como um risco ao equilíbrio social para que o assassinato legalizado desses corpos sejam compreendidos como meio de proteção de uns contra os outros.

Nesse sentido, para Malatesta, a autoridade não somente não é necessária para a organização social, mas, mais ainda, longe de beneficiá-la vive dela como parasita, impedindo o seu desenvolvimento em benefício de uma determinada classe que explora e oprime as demais (Malatesta, 2009: 4). Basicamente, a estrutura de funcionamento do Estado cria o problema da violência e ao mesmo tempo fomenta a ilusão de que o combate, enquanto esse processo violento de restauração da ordem é o mecanismo pelo qual ele segue explorando homens escravizados.

Para o autor, o anarquismo consiste também na "abolição do gendarme", isto é, qualquer força armada a serviço de um homem ou classe que impõe suas vontades aos demais. Entretanto, a extinção da coerção física não é o suficiente para se atingir a dignidade de homem livre, que consiste em amar seus semelhantes, respeitar os direitos de todos os homens e se recusar tanto a mandar como obedecer. Para além da mudança estrutural necessária, é também preciso se libertar da mentalidade imputada pelo sistema, substituindo o ódio pelo amor, a competição pela solidariedade, a busca individual do próprio bem-estar pela cooperação para o bem-estar de todos, a opressão pela liberdade, a mentira religiosa e pseudo-científica pela verdade, somente assim será abolida a dominação do homem pelo homem (Malatesta, 2009: 8, 9, 10).

Para isso, é necessário, entre outras coisas, romper com o espetáculo da morte criado pela grande mídia, que banaliza, romantiza e heroiciza a violência histórica do Estado. Que nos faz acreditar que somos protegidos enquanto somos violados, que nos animaliza através do desejo de vingança, da crença no punitivismo. É preciso compreender que não há Estado sem violência pois o princípio de toda violência é o Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABI. Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo. Associação Brasileira de Imprensa. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/. Acesso em: 10 de Julho de 2022.

ACAYABA, Cíntia. ARCOVERDE, Léo. Negros têm mais do que o dobro de chance de serem assassinados no Brasil, diz Atlas; grupo representa 77% das vítimas de homicídio. G1. 31 de Agosto de 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/31/negros-tem-mais-do-que-o-dobro-de-chance-de-serem-assassinados-no-brasil-diz-atlas-grupo-representa-77percent-das-vitimas-de-homicidio.ghtml>. Acesso em: 22 de Julho de 2022.

ALBUQUERQUE, Ana Luiza. Gestão Castro acumula 330 mortos em 74 operações policiais no RJ, indica estudo. Folha de São Paulo. 25 de Maio de 2022. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/gestao-castro-acumula-330-mortos-em-74-operações-policias-no-rj-indica-estudo.shtml>. Acesso em: 18 de Julho de 2022.

BAKUNIN, Mikhail. (2002), Deus e o Estado. Sabotagem.

BAKUNIN, Mikhail. Segunda Conferência. In: BAKUNIN, M. O princípio do Estado - Três conferências aos operários do vale de Saint-Imier. Editora Novos Tempos: Brasília, 1989. P. 57, 70 Disponível em: https://we.riseup.net/iikb/o-princ%C3.... Acesso em 29 de Julho de 2020.

BARRETO, Elis. Mortes de negros em ações policiais no Brasil são 2,8 vezes maiores que de brancos. Rio de Janeiro. CNN Brasil. 24 de Novembro de 2021. Disponível: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mortes-negros-acoes-policiais-brasil-vezes-maiores-brancos/. Acesso em: 22 de Julho de 2022.

BONOMO, Buzeli Alex. (2015), Introdução In: Deus e o Estado; São Paulo; Hedra; pp.17-20.

BUCCI, Eugenio. (2016) Televisão brasileira e ditadura militar: tudo a ver com o que está aí até hoje. *RuMoRes*. 10, 20 (dez. 2016), 172-193. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/117685>. Acesso em: 25 de Junho de 2022.

CARAM, Bernardo. CASTILHOS, Roniara. MAZUI, Guilherme. Temer assina decreto de intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro. G1. 16 de Fevereiro de 2018. Brasília. Disponível: https://gl.globo.com/politica/noticia/temer-assina-decreto-de-intervencao-federal-na-seguranca-do-rio-de-janeiro.ghtml. Acesso em: 18 de Julho de 2022.

CARTA CAPITAL. Band e Record mostram ao vivo PM atirando em suspeitos à queimaroupa. Carta Capital. 23 de Junho de 2015. Disponível em:

REVISTA DE ESTUDOS ANARQUISTAS E DECOLONIAIS | V. 2, N. 3 | NOVEMBRO DE 2022 | ISSN 2764-7854

https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/tv-aberta-mostra-policial-atirar-em-suspeitos-ao-vivo-1783/. Acesso em: 10 de Julho de 2022.

CASIRAGHI, Anna. "Tenho amigos que não conseguem ver tanques da polícia sem urinar": moradores relatam sequelas da intervenção federal no RJ. Revista Esquinas. 08 de Novembro de 2021. Disponível em: https://revistaesquinas.casperlibero.edu.br/politica/tenho-amigosque-nao-conseguem-ver-tanques-da-policia-sem-urinar-moradores-relatam-sequelas-da-intervenção-federal-no-ri/. Acesso em: 18 de Julho de 2022.

CORREIO. Record acusa homem de ser agiota, família se revolta, e Bacci pede desculpas; vídeo. Jornal Correiro. Salvador. 10 de Junho de 2020. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/record-acusa-homem-de-ser-agiota-familia-se-revolta-e-bacci-pede-desculpas-video/. Acesso em: 10 de Julho de 2022.

CPDOC. (2009), Verbete - Notícias Populares; Fundação Getúlio Vargas; Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noticias-populares. Acesso em: 05 de julho de 2022.

G1. TV é o meio preferido de 63% dos brasileiros para se informar, e internet de 26%, diz pesquisa.

G1, 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/tv-e-o-meio-preferido-por-63-dos-brasileiros-para-se-informar-e-internet-por-26-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 25 de Junho de 2022.

G1 RIO. PMs são condenados a 52 anos de prisão pela chacina de Costa Barros. G1. 09 de Novembro de 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/09/pms-sao-condenados-a-52-anos-de-prisao-pela-chacina-de-costa-barros.ghtml>. Acesso em: 18 de Julho de 2022.

G1 SE. Justiça Federal em Sergipe nega pedido de prisão de policiais rodoviários federais envolvidos na morte de Genivaldo Santos. G1. 13 de Junho de 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2022/06/13/justica-federal-em-sergipe-nega-pedido-de-prisao-de-policiais-rodoviarios-federais-envolvidos-na-morte-de-genivaldo-santos.ghtml>. Acesso em: 18 de Julho de 2022.

KROPOTKIN, Piotr. (2000). O Estado e seu papel histórico. São Paulo: Imaginário.

KROPOTKIN, Piotr. (2005). Palavras de um revoltado. São Paulo: Imaginário.

KROPOTKIN, Piotr. (2007). "Os princípios anarquistas e outros ensaios. São Paulo: Hedra.

KROPOTKIN, Piotr. (2011). A liberdade de entendimento In: A conquista do pão; Rio de Janeiro; Achiamé; pp. 87,96.

KROPOTKIN, Piotr. (2011), A lei e Autoridade. Creative Commons.

MALATESTA, Errico. (2009), Anarquismo e Anarquia. São Paulo: Faisca.

MORAES, Wallace S. (2016). Teses da teoria política anarco-comunista – reflexões a partir do pensamento de Kropotkin. In: MORAES, Wallace dos Santos e JOURDAN, Camila (Orgs.). Teoria política anarquista e libertária. https://we.riseup.net/assets/421809/TEORIA-POL%C3%8DTICA-DE-KROPOTKIN-texto-p%C3%B3s-alacip-2013-v.pdf

NOGUEIRA, Italo. PAULUZE, Thaiza. Exército dispara 80 tiros em carro de família no Rio e mata músico. Folha de São Paulo. 08 de Abril de 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml#">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml#">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml#">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml#">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml#">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml#">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml#">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml#">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml#">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml#">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml#">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml#">https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-exercito-matam-na-zona-exercito-matam-na-zona-exercito-matam-na-zona-exercito-matam-na-zona-exerci

ROMÃO, D. M. M., & OSMO, A. (2021). O Perigo Mora ao Lado: Jornalismo Policial Televisivo e Paranoia. Revista Subjetividades, 21(3), e11317. http://doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i3.e11317

SANTOS, Eliane. Operação na Vila Cruzeiro é a 2ª mais letal da história do Rio, atrás só da ação no Jacarezinho. G1. 24 de Maio de 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro.ghtml>. Acesso em: 18 de Julho de 2022.

SATRIANO, Nicolás. 1 ano sem Kathlen Romeu: 'o que eu vejo é o Estado debochar diariamente da nossa cara' diz mãe de grávida morta por PM. G1. 08 de Junho de 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/06/08/1-ano-sem-kathlen-romeu-saudade-sem-fim-diz-mae-da-jovem-gravida-morta-com-tiro-de-fuzil-disparado-por-pm-no-lins.ghtml. Acesso em: 18 de Julho de 2022.

WIKIPÉDIA. (2022), União Democrática Nacional. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3%A3o_Democr%C3%A1tica_Nacional. Acesso em: 05 de julho de 2022.

YOUTUBE. 2020. JORNALISMO POLICIAL, PORQUE VOCÊ DEVERIA PARAR DE ASSISTIR. Chavoso da USP. 23 de Agosto de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WiOfEDIXwTc. Acesso em: 11 de Julho de 2022.

ABOLIR VISIBILIDADES ANTI-*NEGRAS*: TRANSTORNANDO O OLHAR-ESPECTADOR E A EMANCIPAÇÃO COLONIAL

José Juliano Gadelha

Escritor e pesquisador em Artes, Cultura Visual e Teoria Racial Crítica. Mestre em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Ceará, Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Bacharel em Ciências Sociais pela mesma universidade

RESUMO: Este artigo convoca o olhar anticolonial em sua multiplicidade de mundos possíveis para abolição das visibilidades anti-*negras*, transtornando as expectativas hegemônicas de captura e emancipação conjuntamente efetivadas as custas de vidas matizadas pela raça e pelo racismo. Os horizontes *negros* da imaginação radical e da fábula crítica compõem as linhas discursivas e fabulativas da argumentação teórica, sendo a metodologia tramada pelas filosofias da fugitividade com o fim de anunciar novos olhares sobre o visível e o invisível.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialidade; Fugitividade; Visibilidade; Raça; Racismo.

ABSTRACT: This article summons the anti-colonial gaze in its multiplicity of possible worlds to abolish anti-black visibilities, upsetting the hegemonic expectations of capture and emancipation jointly effected at the cost of lives tinted by race and racism. The black horizons of radical imagination and critical fable make up the discursive and fabulist lines of theoretical argumentation, and the methodology is plotted by philosophies of fugitivity in order to announce new visions of the visible and the invisible.

KEYWORDS: Coloniality; Fugitivity; Visibility; Race; Racism

INTRODUÇÃO: COMPOR ALÉM DO TEMPO

A imaginação, então, oferece a promessa de libertação da tirania temporal, uma empresa que contraria as condições da razão, o conhecimento, as formas e, de fato, o próprio possível. A potencial "transgressão" — para usar um termo banal nos Estudos Americanos — da imaginação é diminuída, no entanto, quando está ligada à democracia. A democracia amarra a imaginação ao tempo, já que a democracia é uma esquematização, instrumentalização e defesa do tempo. Durante qualquer momento de crise política e social, somos importunados a reimaginar democracia, como imaginar o futuro. (WARREN, 2021, p. 247, tradução própria).

Em momentos que somos importunados e importunadas a imaginar futuros, inventar possíveis e a tramar alianças como se esta tríplice faceta criativa fosse por si mesma o disparo para mudanças e revoluções urgentes têm obliquado o fato de que as estruturas de poderdominação se reinventam por meio de urgências de determinados compartilhamentos e de certas reelaborações que, conjuntamente, reencenam em múltiplas manobras a Ordem das Coisas.

As bases de sustentação da colonialidade que correspondem exatamente as matrizes de forma, espaço e tempo com suas respectivas contingências permanecem atuantes em estudos cuja responsabilidade crítica se perde nos repertórios das invenções que supostamente colocariam em xeque os regimes cognoscíveis e sensíveis de poder, quando na verdade tais repertórios continuam presos ao roteiro colonial que se atualiza por linhas cada vez mais criativas e visíveis.

Destarte, este artigo atravessa as fronteiras do tempo colonial e trama rotas contra as transparências da formalidade, da espacialidade e da própria temporalidade para compreender outros jeitos de manifestação do visível e do invisível de vidas matizadas pela raça. Busco ativar a imaginação para abolição dos regimes de visibilidade que reencenam violências ontoepistemológicas e promovem racismos. Para tanto, instauro um texto em duas composições que se seguem a esta introdução.

A primeira composição, a partir de uma crítica aos modos de emancipação e observação, abre a imaginação para um campo de contingência não refém das invenções de possíveis e das proposições de comuns já ordenadas pelo mundo tal como o conhecemos. A segunda se trata de uma abertura marcada pela teoria crítica da raça em manifestações contrárias as futuridades que amaram existências racializadas nas políticas de democratização dos regimes de visibilidade que, por sua vez, acabam sequestrando determinadas

comunidades a parâmetros de vida-morte que não lhe cambem e prejudicam suas lutas por uma vida efetivamente vivível. Ambas as composições se atravessam sem princípios de determinabilidade¹⁰ e conclusão, forjando uma poética da incompletude.

COMPOSIÇÃO 1: O INVISÍVEL NÃO SE MANIFESTA AOS OLHOS QUE CARTOGRAFAM...

Abolir visibilidades anti-negras¹¹ diz sobretudo de burlar aquele sujeito da supremacia racial ou por ele mistificado que percorre as cidades em busca de sangue negro, do som negro, de comunidades negras, das performances negras, do pixo e do grafite que nas metrópoles são poéticas preponderantemente efetivadas por pessoas racializadas e por outros grupos historicamente expropriados que sempre sentiram a raça como modelo primordial de distinção e exclusão. Trata-se de um sujeito sinuoso em se aproveitar da hospitalidade de parcelas dessas comunidades para legitimar, a partir das materialidades construídas por elas, um regime supremacista de visibilidade que agora se pretende inclusivo e partilhado. Não raramente, ele recorre a violência das misturas da miscigenação colonial que por aqui se efetivou como um recurso para o disfarce do jogo expropriativo que ali ocorre, como quem diz: estamos todos/todas juntos/juntas.

Mas, ao afogar as imagens do outro nos velhos e novos regimes de visibilidade da supremacia racial, as materialidades *negras* continuam invisíveis aos olhos de "fora" por mais fotografias, vídeos e outros dispositivos imagéticos sejam trocados entre ambas as partes. O invisível não se manifesta aos olhos que cartografam esses mundos, uma vez que ele não se curva aos regimes ontoespaçotemporais que produzem as formas reconhecíveis pelos modos ordenados de experimentar e relacionar imagens do mundo tal como o conhecemos.

Ler imagens *negras* por olhos branqueados é típico daquele *sujeito* movido por fascínio e desprezo, desejo de consumir e matar, animado por apetites de possuir e descartar vidas *negras*. Trata-se de um *sujeito* sempre pronto a cocriar a morte de seus outros

¹⁰ Utilizo os conceitos de afetabilidade, determinabilidade e separabilidade em ressonâncias como eles foram forjados por Ferreira da Silva (2019).

As palavras *negro* e *sujeito* bem como suas respectivas derivações e variações estarão em destaque itálico para salientar a impossibilidade ontológica de vidas *negras* pertencerem as gramáticas humanistas e existenciais que consolidaram a ideia de *sujeito* moderno e seus modos de subjetivação constantemente reinventados no agora.

REVISTA DE ESTUDOS ANARQUISTAS E DECOLONIAIS | V. 2, N. 3 | NOVEMBRO DE 2022 | ISSN 2764-7854

racializados em políticas dos comuns, nas quais a relacionalidade se faz e refaz pela lógica dos jogos das materialidades assimétricas do poder. A comunhão impossível desse espectador com essas vidas que para ele nunca deixaram de ser *os outros* por mais que se diga o contrário vem de toda possibilidade da expropriação se reinventar em partilha, afetabilidade e cocriação. Isso ocorre porque nunca se abole de fato o jogo da separabilidade cujo dissenso de forças gera o comum colonial.

Lembro como os estudos de Hartman implicados em questões da escravidão, do arquivo e da cidade na construção de uma *práxis* para além dos limites convencionais das ciências sociais, das historiografias, das artes e das literaturas tais como as conhecemos são estudos que nos têm advertido sobre essas práticas românticas de violência que pelas cidades caçam vidas *negras* muitas vezes sob a tutela do cuidado e do conhecimento acadêmico e social. Logo no começo de sua aclamada obra *Wayward Lives, Beautiful Experiments*¹², a autora nos descreve uma cena de composição assimétrica de matérias mais que humanas em contato e, ao mesmo tempo, em zoneamentos no jogo que a visibilidade aciona o seu poder de conquista e objetificação e o outro racializado experimenta a fuga:

Pise em qualquer um dos caminhos que se cruzam a cidade em expansão e você a encontrará enquanto ela vagueia. Os forasteiros chamam as ruas e vielas que compõem seu mundo de favela. Para ela, é apenas o lugar onde ela fica. Você nunca aconteceria no bloco dela, a menos que morasse lá também, ou tivesse perdido o caminho, ou estivesse fora em uma cotovia noturna em busca dos prazeres cedidos pela outra metade. Os *voyeurs* em suas expedições de favelas se alimentam do sangue vital do gueto, anseiam por ele e odeiam-no. Os cientistas sociais e os reformadores não são melhores com suas câmeras e suas pesquisas, olhando com atenção para todos os espécimes estranhos.

Sua ala da cidade é um labirinto de becos sujos e quadras sombrias. Ela é a Cidade da África, o bairro negro, a zona nativa. Os italianos e os judeus, engolfados pela proximidade, desaparecem. É um mundo escondido atrás da fachada da metrópole ordenada.

(HARTMAN, 2019, s/p, tradução própria)

Os trechos da autora aqui mencionados tratam, a partir de histórias de garotas e mulheres *negras* e outros grupos que moram nos guetos norte-americanos, como as vidas historicamente expropriadas de direito a uma vida vivível, vidas sobretudo marcadas pela

¹² HARTMAN, S. Wayward Lives, Beautiful Experiments: Intimate Histories of Social Upheaval. (E-Book). New York and London: W.W. Norton & Company, 2019, 441 p.

raça, costumam ser abordadas pelos olhos dos *sujeitos* espectadores que habitam a supremacia racial branca. Falo de espectadores, corriqueiramente, sedentos por se emanciparem às custas de seus intermináveis outros porque já sacaram que a estrutura de dominação que privilegiam os primeiros está em ruínas ou sempre foi uma grande farsa de liberdade.

Em uma espécie de carência política e desejo de expropriação, encontramos a *práxis* de um espectador que se emancipa num jogo comum, muitas vezes, de arte e política que até nos permitiria uma comparação com a figura do "espectador emancipado" da filosofia de Rancière (2012), se nos esquecêssemos que nesta o filósofo tem o cuidado de pensar como práticas de atuação e performance permitem ao público despertar em si mesmo políticas do sensível – campos de forças em dissenso para gerar um comum, uma partilha, entre aquelas vidas que performam e aquelas que estariam assistindo o espetáculo que agora teriam as suas fronteiras entre os dois grupos friccionadas e não abolidas.

Ocorre que no caso descrito pela autora *negra* norte-americana não se trata do comum dessa partilha do sensível como elabora Rancière (2009), porque o que se passa com as vidas *negras* está não captável, está abaixo de qualquer possibilidade das políticas do comum e só é percebido e partilhado pelas vidas *negras* umas nas outras e umas pelas outras. Em Hartman (2019; 2008), as vidas *negras* escapam de servir como combustível para fazer o *sujeito* da supremacia branca se emancipar com elas. Não se trata aqui de fazer recurso a fantasias de autenticidade absoluta, mas de reconhecer o que escapa às apreensões das comunidades e escapa pelas próprias comunidades (no caso, as *negras*) nas maneiras como elas atravessam umas às outras e se manifestam umas pelas outras.

Se a concepção de "espectador emancipado" parece tentadora para sairmos de binarismos entre ator e espectador para além dos cenários da arte performativa e teatral como também poderíamos sair do binarismo entre *sujeito* antropólogo e vida nativa que assombram até as propostas de simetria e reversibilidade etnográficas, o que o filósofo tenciona são os campos de forças em afetabilidade nos quais um vivido do outro afeta um vivido experenciado por outrem sempre a partir de uma outra posição que não foi desfeita, mantendo as singularidades de ambos, compondo uma espécie de compartilhamento de forças nas quais permanecem os dissensos em que o "comum" continua sendo o comum marcado pelas relações de poder que, por sua vez, se manifestam como o dissenso na própria

partilha do sensível. Para Rancière (2012; 2009), a política é sempre dissenso e essa filosofia não aposta em desonestidades epistemológicas ou em truques metodológicos que busquem justificar práticas de expropriação cognitiva e/ou de objetificação do sensível sobre outras materialidades, outros coletivos.

Destarte, o uso da teoria da partilha do sensível como uma partilha sempre pelo dissenso em que a comunhão consiste em diferenças compartilhadas não significa o fim do protagonismo de grupos que lutam por direito à existência como visões de má-fé podem elucubrar no sentido de reduzirem as diferenças envolvidas num comum que supostamente apagaria as posicionalidades estruturais divergentes das partes envolvidas e, assim, desautorizariam o reconhecimento de certas lutas por direito à existência de gentes politicamente menorizadas.

Na partilha do sensível, o comum diz das dessemelhanças, das não homogeneidades, das não equivalências que se atravessam e são atravessadas num mesmo jogo de posições sociohistoricamente construídas e diferenciadas. Para Rancière, a manifestação já não se faz mais exclusivamente pelas representações, e, sim, pelas forças não representáveis ou forças sensíveis. Trata-se de uma filosofia que abre passagem para entendermos como as estruturas de poder-dominação têm seus respectivos lados sensíveis, de maneira que o sensível não pode ser tomado como ausente das questões estruturais. Daí a vitalidade dessa noção política de emancipação por meio de uma partilha que o filósofo a compreende como tensões do poder que costumam ser manifestadas de maneiras estéticas e performativas.

Toda performance seria política, uma vez que o/a performer e seu público seriam sujeitos marcados pelos jogos de poder que gerem o mundo. E política, aqui, nada menos seria do que as tensões de forças desses jogos que se manifestam além das materialidades simbólicas e de outras das visões representativas. O problema está no fato de se valer dessa filosofia para justificar projetos acadêmicos, artísticos e outros que reencenam os roteiros da emancipação da política moderna-colonial, nos quais a performance conjura o progressismo racista no corpo, replicando uma política molecular de expansão e conquista em um verdadeiro self-colônia. Nesse último caso, teríamos um triste espectador que conquista sua emancipação às custas de seus outros, que se expande à medida que consome o visível da vida desses outros.

Em que momento o espectador da brancura colonial olha realmente para si mesmo, para seu grupo social e tenta entender ali problemas estruturais como os de privilégio por exemplo, para então ter uma consciência política de sua posição no mundo em relação aos demais *sujeitos* da cena? Sem ter atenção a essa pergunta, caminhamos para ver a colonialidade se reinventar nos próprios territórios subjetivos de espectadores predatórios que se desterritorializam e reterritorializam para consumirem mais e mais afetos pelos seus intermináveis outros, transformando invasão e conquista em ético-necropolítica do desejo. Constrói-se assim toda uma comunidade visível de esvaziamento, objetificação e, sobretudo, racismo.

Já as imaginações radicais *negras* não são espectadoras movidas pelo desejo de emancipação por participação predatória. Ocorre que o projeto de emancipação em toda sua pluralidade se originou do projeto do Iluminismo em que a razão foi cunhada como centro para liberdade do Homem, um homem em maiúsculo por ser universal e querer dar conta de todas as outras humanidades se pondo como referente do humano por excelência, um homem que os estudos anticoloniais/de(s)coloniais/pós-coloniais têm mostrado ser o Homem Branco Cisgênero Heterossexual que ao não se ver marcado sociohistoricamente tomando seus valores como universais vive numa fantasia da transparência. O mundo tal como esse *sujeito* conhece continua sendo um mesmo mundo, uma vez que os modos de percepção e sensação partem e permanecem numa única lógica de lidar com a *diversalidade* das coisas.

A categoria emancipação em suas condições/contradições forjada pela razão do ocidente branco se tornou extremamente coercitiva para modos outros de conceber e sentir as coisas, uma vez que foi transformada em categoria ideológica a serviço dos poderes de coerção do que se convencionou chamar Norte Global, nas suas intervenções para igualdade e liberdade de outros povos em uma espécie de humanitarismo colonial. Não nos esqueçamos que a colonialidade nunca deixou de ser também uma intervenção política.

No entanto, quando fazemos a crítica contra a colonialidade por meio de noções espaço-temporais e compomos as formas de Norte e Sul, replicamos a composição profunda dos modos de imaginar/sentir/agir coloniais. O que replicamos são as noções de espaço, tempo e forma que arquitetam todo o pensamento praxiológico da colonialidade moderna, ocluindo e impedindo agir as outras maneiras de compor dimensões pelas quais já não é mais possível reduzir a compreensão dos sentidos a visões cartográficas.

Embora o Norte e o Sul Globais sejam geografias políticas/econômicas/culturais, de modo que na geofísica do planeta o ponto norte também abriga o Sul Global como é caso das sociedades mexicanas e parte das antilhanas situadas no hemisfério norte do planeta. Poderíamos dizer que Norte e Sul se alinham a outras cartografias, tais como as da proposta micropolítica de Deleuze e Guattari (1996) em que os territórios são subjetivos e suas dimensões são sempre maquínicas, no sentido das máquinas desejantes em que os espaçotempos são sempre múltiplos e cada território consiste numa multiplicidade deles.

Qual a temporalidade de uma máquina social ou quanto tempo seus conteúdos existem em toda sua multiplicidade de espaço-tempo? Essas perguntas só poderiam ser respondidas se abandonarmos o tempo tal como o conhecemos, abandonarmos as maneiras costumeiras como separamos e sequenciamos o passado, o presente e o futuro. O problema é que toda máquina social (política, econômica, estética etc) instaura uma ou várias percepções do tempo que podem novamente servir aos seres desejosos de um tempo único para todas as coisas do mundo imporem um modo de cognição como relógio do mundo e, novamente, nos prender ao tempo seja ele qual for. O exemplo máximo disso diz de como certa noção de resistência como sendo o intempestivo que não sucumbe as formalidades dos modelos fabulada por esta filosofia, a partir da herança nietzscheana, aparece como um novo relógio dos eventos do vivido.

Segundo Deleuze (2003), a resistência existe na ordem do acontecimento, do vivido sem tempo e espaço definidos, daquilo que ocorre contra a ordem do evento. Esta última ordem para o filósofo compõe os fatos e as circunstâncias esperadas ou não, tradicionais ou não, mas que estão todas no plano das segmentaridades. Já o acontecimento existiria somente no e pelo devir, pensado nesta filosofia como força a-significante. Bem. A composição de algo como evento informa sempre uma ordem que permite o sitiamento da coisa a algum quadro inteligível pelas representações do mundo tal como o conhecemos.

Ocorre que toda espécie desse quadro ou diagrama, para usar uma expressão foucaultiana, só existe pelas concepções modernas da ontologia e da epistemologia que conjuntamente não se desprendem das formas de conceber e criar da colonialidade, mesmo quando criticam tais formas. E o devir não se encontra fora desse diagrama, mas dentro ou no meio dele como aquilo que o a-significa, que fura a representação de seus conteúdos. Então

esta concepção específica de devir não deixa de ser mais um conteúdo, porque sua fuga é com a segmentaridade e não com o diagrama pensado tanto como molar e molecular.

Sem reconhecer como os poderes também são extremamente moleculares, de maneira que devires de morte se manifestam em todo *corpus* mais que social, como bem descreve e analisa Mbembe (2018) sobre o devir-negro do mundo, a fuga animada pela filosofia de Deleuze e seus intercessores está localizada pelo sensível não rostificado como se por simplesmente perfurar a representação instaurasse uma resistência ou até uma revolução contra as estruturas de poder-dominação. A micropolítica não consegue sair da armadilha espaço-temporal da localidade nem se desvencilhar de certa ontologia do desejo que faz todo campo de forças se desterritorializar e reterritorializar em uma espécie de *looping* nômade. Ela está refém dos "entres" mundos. A sua formalidade corresponde as chamadas "duplas capturas" (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 10), acoplamentos que levam sempre algo se transmutar com outro que se torna outra coisa: devir-mulher do homem, devir-bicha da heterossexualidade, devir-criança do adulto etc.

Não nos esqueçamos que, como bem descreve Ferreira da Silva (2019), o que compõe a materialidade da colonialidade moderna oriunda da Europa são as visões de espaço, tempo e forma na perspectiva da separabilidade e da determinabilidade e estas duas últimas nem sempre se apresentam de maneiras duras e representáveis, tendo também outras materialidades sensíveis e suas fantasias de junção e seus devires. E mais: o programa moderno-colonial em toda sua multiplicidade se trata de uma tecnologia ontoepistemológica cujas técnicas são todas raciais/racializadas.

Destarte, não tenho interesse em propor uma possível noção de tempo em que o tempo saia dos quadros ontoepistemológicos herdados da Europa moderna e, assim, cair obviamente nas armadilhas do relativismo que buscariam novos tempos pelo que culturas diferentes dimensionam. Isso também tem ocorrido dentro das próprias sociedades europeias em que *sujeitos* buscam sair do tempo tal como o conhecemos, como foi o caso não só de Deleuze e Guattari (1992) em suas reinvenções de Nietzsche sobre o intempestivo, mas também de Agamben (2009) que pensou o contemporâneo pelo extremo, ou seja, o contemporâneo também como a força que tiraria intensamente o presente de uma relação com os fatos do passado. Em todos esses casos, o tempo tal como o conhecemos continuou

atuante porque o presente ou o extremo contemporâneo como força intempestiva em busca de um novo tempo sempre assediou os passos do agora que não se curva a Deus Cronos algum.

De toda maneira, podemos pensar visões sobre o contemporâneo que não romantizem intensidades destrutivas sem perder atenção a como o intensivo sempre esteve presente em processos de violência. Hartman fabulosamente nos mostra como vidas *negras* são contemporâneas das mortas, em como a intensidade do racismo atravessa histórias de tempos e localidades que seriam diversos. Nas palavras de Hartman (2021, p. 244-245):

[...] decidi explorar o tempo da escravidão, isto é, a relação entre o passado e o presente, o horizonte da perda, o legado existente da escravidão, as antinomias da redenção (um princípio salvador que nos ajudará a superar o dano da escravidão e a longa história de derrota) e da irreparabilidade. Ao considerar o tempo da escravidão, pretendo perturbar as narrativas redentoras elaboradas pelo Estado em sua orquestração do luto, as promessas de filiação oferecidas por comerciantes mesquinhos e as fantasias de origem encenadas nesses locais da escravidão. Da mesma forma, o "tempo da escravidão" nega a intuição do senso comum do tempo como continuidade ou progressão, o então e o agora coexistem; somos contemporâneas das mortas.

A quebra do tempo tal como conhecemos posta por Hartman se desvincula de qualquer deslumbre por intensidades que supostamente furariam a Ordem das Coisas e, simultaneamente, a autora atenta aos processos criativos *negros* que operam pela quebra e levam as pretitudes para além das memórias da cisão. Embora estas memórias nos liguem com as vidas *negras* de ontem, hoje e amanhã uma vez que terrivelmente o racismo se reinventa a cada instante.

A respeito de burlar essa reinvenção, volto a outra obra da autora, onde podemos sentir a fabulosidade crítica em relação as vidas *negras* nos atentando que uma cidade que reexiste às custas do sangue *negro* consiste em uma plantação social. Uma cidade cuja população branca é viciada pela pulsação *negra* não diz da nossa vitalidade, mas fala muito dos desejos atávicos por exotismo e consumo racializados por parte daqueles *sujeitos* que nunca abandonaram suas fantasias coloniais. De volta a Hartman (2019, s/p, tradução própria):

Os prédios ainda não deteriorados e as casas decentes que enfrentam a rua esconde o cortiço do beco onde ela mora. Entrando na estreita passagem para o beco, cruzase o limiar para um mundo desordenado e raivoso, um lugar definido pelo tumulto, pelo coletivismo vulgar e pela anarquia. É um esgoto humano, povoados pelos

piores elementos. É um reino de excesso e fabulosidade. É um ambiente miserável. É a plantação estendida para a cidade. É uma plantação social.

A fábula crítica de Hartman não cai na armadilha de um possível encontro de olhares e imagens que permita ao espectador inventar uma outra história de como ele continua a se apropriar do que viu, acha que viu e sentiu com os seus intermináveis outros no intuito de negar as memórias da plantação. A colonialidade se reinventa a cada dia. As cidades marcadas pelas histórias da escravidão *negra* se reinventam como plantações sociais a cada dia. Inventar cidades como quem diz que deixou o passado de opressões passar se torna um chamado raso que tenta disfarçar como as estruturas de poder-dominação também têm suas zonas fabulativas.

A fábula crítica de Hartman não é a de busca por um (im)possível contexto participativo e propositivo de extrativismos relacionais que reinventam e expandem as violências de práticas de expropriação. O texto da historiadora leva o olhar espectador consciente a enxergar para si mesmo, para seu próprio mundo emaranhado com aquele outro e deixe este outro em seu direito a não-visibilidade, em seu direito a não se tornar um produto do visível das tecnologias racializadas de dominação. Isso não obliqua que vidas *negras* podem, muitas vezes, se fazer visível e invisível, simultaneamente, pelo próprio uso dessas tecnologias em improvisos radicais com as ferramentas que a princípio nos capturariam.

Então tudo isso não significa fazer recurso as táticas de apagamento, mas o de entender como os regimes de visibilidade operam para a instrumentalização e a desqualificação sobre o outro muitas vezes reinventadas como experimentos de mutualidade e vizinhanças que negociam comuns. As cartografias extrativistas, as partilhas coloniais e as cocriações de morte nunca deixaram de nos assombrar.

COMPOSIÇÃO 2: O RACISMO NUNCA DEIXOU DE SER ESTRATÉGICO

Prever um futuro quando a matéria *negra* está enredada pelas gramáticas existenciais e humanistas de um mundo anti-*negro* parece nos pôr em uma espécie de existência profanada, uma vez que nossas vidas tornadas *negras* só são percebidas quando ganham visibilidade e agência reconhecíveis pelos olhos deste mundo. A justaposição matéria e materialidade colide força invisível e a coisa manifestada, mas essa colisão não parece ser sentida para quem vive fora dessa manifestação. Então a matéria *negra* retornaria a matéria,

eis o paradoxo da lei dessa insolência entre o que se pode ver e o que não se vê. O fora deixa de ser um lugar exterior para se mostrar como incapacidade de se sintonizar numa frequência existencial com a qual já se está emaranhada, mas assimetricamente experienciada.

É tudo muito simples: não existe a separabilidade entre um mundo e outro tornado *negro*, que não sejam as construídas pelas ficções de poder. Todavia, as materialidades *negras* em toda sua expressão permanecem invisíveis porque são incapturáveis por certos modos de conceber o mundo.

Estranha cognição que por medo e falha do que não consegue entender ratifica o não apreensível como um mundo sobre o qual se especula o campo do perigo (o desconhecido que necessita tornar conhecido, o exótico que deve ser estudado, o primitivo que necessita ser docilizado, o sensual que pode nos tirar da razão ou da sensatez etc.). A matéria *negra* está profanada logo ela precisa de tutela para ter sua ameaça contida, comodificada, transmutada ao saber e ao sabor dos apetites hegemônicos: eis as proposições coloniais. Ocorre que toda aparelhagem da visibilidade sobre o mundo *negro* partida do que o teme e o deseja acaba, na verdade, por dizer do não-visto que permanece invisível no visível da matéria.

Escapamos do olhar do mundo anti-*negro* porque a fuga também produz retornos, mas nunca algum retorno preso as imaginações de origem e sequencialidade ou reversibilidade. O retorno de um visível ao invisível que vê e o que ele vê ou permite ver é a implicância profunda dos mundos. Ao não vibrar na mesma frequência da relacionalidade a princípio propositiva de alianças já fundadas na separabilidade, a *negritude* denuncia a impossibilidade da relação que nunca deixou de ser uma correlação, um princípio em que os modos de sentir/pensar/conceber de uma das relações preponderam e sufocam a(s) outra(s).

Que estranho conhecer é este que emana uma teia cognitiva e sensível como *telos* de conhecimento e armadilha para lidar com outras materialidades que não foram ali a princípio urdidas? Essa emanação anti-*negra* ensaia suas manobras racistas e nos lembra que o racismo nunca deixou de ser estratégico. Não se trata de manobras só entendíveis pela necropolítica, pois seus movimentos estão ora na política ora na ontologia e, não raramente, naquilo que as profana.

Warren (2016) em sua reviravolta de Agamben (2005) expõe a fratura dos "dispositivos profanados" em que a grande exceção *negra* é muito mais profunda do que o abuso físico, a tortura e a violação exercida pelo Estado. Warren (2016, p. 108, tradução

própria) se pergunta: "Que tipo de vida é possível no que Giorgio Agamben chamaria de 'estado de exceção'? São os termos 'vida' e 'morte' até mesmo apropriados para descrever a condição do ser situado dentro desta lacuna ontológica?". O mundo *negro* vive nessa lacuna e, para demonstrar isso, o autor nos mostra o exemplo da pessoa *negra* livre pós-abolição: "um ser situado entre escravizado e cidadão, humano e propriedade, morte política e vida social, *sujeito* e objeto – constitui uma dessas exceções para a sociedade norte-americana anterior à guerra" (WARREN, 2016, p. 107, tradução e destaque próprios).

Segundo o autor, as gramáticas humanistas do ser e da existência se fragmentam em torno dessa figura do ser *negro* livre e envolvem infinitamente com paradoxos, contradições e quebra-cabeças em que a justaposição de livre e *negro* colide duas gramáticas díspares em significação caótica e devastação conceitual, de maneira que o sentido de liberdade corresponde ao termo guarda-chuva dos *sujeitos* vivos, do ser que chamamos de humano, enquanto *negro* corresponde ao território do pavor existencial, da não liberdade e do ser que podemos chamar de objeto. E Warren (2016, p. 107, tradução própria) provoca os *sujeitos* burocratas da biopolítica que tentam disfarçar seu racismo por meio de embates conceituais:

Dentro deste caos gramatical, sintático e conceitual, até mesmo os termos "vida" e a "morte" devem ser reconfigurados e reorganizados para captar o ser situado neste espaço. De fato, o que significa "viver" ou "morrer" quando a vida é uma forma de morte, e a morte é uma dádiva de vida?

A matéria *negra* torna visível como não só vida e morte se reconfiguram na exceção, de modo que a farsa biolítica tem seu lado sombra levado à superfície como o desejo racista de aniquilamento do outro racializado por meio de tecnologias que nunca foram construídas para administrar a vida *negra* em prol do direito da mesma a um mundo habitável. Warren (2016, p. 108, tradução própria) dialoga diretamente com a teoria da necropolítica e contra visões cínicas de que vidas *negras* podem ser lidas pelo arsenal foucaultiano da biopolítica que sempre privilegiou populações brancas:

O objetivo da biopolítica antes da guerra – e o desenvolvimento do século XIX em estatísticas vitais, turísticas, censo e epidemiologia – não é administrar a "vida" negra, possibilitar o sujeito viver e manipular as condições de vida, mas para expulsar os negros dos próprios termos de "Vida" e "Morte", todos juntos, de modo que sejam colocados em um domínio semântico no qual esses termos não têm mais distinção ou significado. A biopolítica *depende* desta exceção para exercer controle

dos cidadãos, mas não se preocupa em gerir a vida dos excluídos, mas sim em fomentar formas de morte-vida. Para os negros, a plantação, como a forma definitiva de soberania anti-negra em nosso imaginário, não está confinado a um espaço particular, mas é a condição da vida negra da morte na modernidade. *O mundo é uma plantação de negros*. Quer sejam "livres" ou cativos, os negros estão sujeitos à tecnologia de pulverização, a escolha forçada entre a morte fisica, mental e social, e a permanente condição de ser humano em qualquer espaço que habitam.

As vidas *negras* habitam um mundo onde elas são sempre mortiferamente zoneadas e o zoneamento também diz de espaços "entres", inclusive entre fronteiras já estabelecidas por mais móveis e abertas que estas últimas sejam. A imaginação-mapa da colonialidade não poupa nem os afetos nem os desejos que por eles circulam: zoneamentos da subjetividade ou *zonas turvas do desejo* como diria Guattari (1977) produzem e reproduzem manobras e intervenções racistas.

A visão-colônia se movimenta pela localidade das coisas, suas diferenciações e possibilidades arbitrárias de conquista e consumo onde necessariamente não se trata mais de separar para excluir, mas de localizar para mesmo propor e enfatizar porosidades e não-lugares desde que se mantenha a sua ético-necropolítica. Há todo um campo múltiplo de entradas e saídas por onde se pode consumir e descartar vidas *negras*, ter fascínio e ódio por elas, matá-las ou deixá-las morrer com infinitas possibilidades que refazem as fantasias do triunfo de um mundo anti-*negro* como se esta fantasia não existisse e como se qualquer denuncia a ela fosse falta de lucidez, porque agora a fantasia do triunfo se reinventou por meio de uma espécie de *sujeitos* cujo *slogan* poderia ser lido como "distraídos colonizaremos", para parafrasear com todo respeito Leminski (2017). Perseguem, consomem, adoecem e matam vidas *negras* como se não estivessem fazendo tudo isso: eis a nova mirada colonial que se pretende passar por não intencional no seu velho jogo de caça a outrem.

Movida por um desejo de capturar tudo aquilo que escapa de seus quadros inteligíveis/sensíveis e que denunciam a ficcionalidade dos mesmos, a anti-negritude articula/reelabora ataques a aquilo que somente por existir ameaça toda uma metafísica anti-negra que vem sendo cada vez mais denunciada e desmascarada nas artes, nas ciências, na academia, na política e noutros campos sociais.

Perceba a força e a vulnerabilidade indissociáveis da *negritude*: somos o alvo de uma imaginação de toda terrível espécie do que Mbembe (2017, p. 71) denominou de "sociedade da inimizade" que nos concebe como ameaça e nos teme, revelando também o nosso poder

de destruição dessa própria metafísica. A *negritude* já não corresponde somente a um coletivo de pessoas, mas a toda uma composição para além da ontologia e do humanismo que coloca em xeque as materialidades do Ser, do conhecer e do existir deste mundo emaranhado e ordenando de diversas maneiras pelas cadeias da ficção racial. Um mundo da "loucura codificada", como diz o próprio Mbembe (2018, p. 13).

A loucura que se codifica pela raça, construindo a sanidade como uma ferramenta colonial para deslegitimar vidas *negras* que buscam direitos civis. As vidas *negras* com certa consciência política isso só poderia ser insanidade aos olhos da branquitude que corresponde a estrutura de poder-dominação que legitima a brancura colonial como supremacia.

Warren (2016) nos atenta para pensar como a branquitude fabricou, a partir do século XIX, o consenso sobre sanidade pela arbitrária concepção de insanidade das pessoas *negras*. O fato em questão era o de que estas pessoas lendo e escrevendo, trabalhando com remuneração ou desempenhando qualquer atividade por mais simples que fosse e que as tirassem da subalternidade ou nublasse por algum instante o local da escravização que marca suas vidas só poderiam ser loucas: "Anti-*negritude*, como uma forma viciosa de nova soberania, reconfigura os termos da loucura para que seus empreendimentos pulverizadores sejam considerados 'sãos'" (WARREN, 2016, p. 107, tradução própria).

Foram muitos os ataques morais e não somente físicos a pessoas *negras* que estavam conscientes de se tornarem *sujeitos* de direito na sociedade norte-americana e noutras, mas não aquele *sujeito* do direito colonial. Embora a lucidez do mundo colonial seja a morte de tudo que for *negritude*, há tempos estamos atentos e atentas de que uma vida *negra*, qualquer vida *negra*, tem o direito de atravessar esse mundo sem ser refém da raça e de tudo que por ela foi terrivelmente designado. Aprendemos ininterruptamente sobre estratégias invisíveis, improvisos radicais e novas imaginações a respeito de sair do binômio racial e dos absolutismos identitários sem negar as marcas que nos acompanham cientes de ultrapassá-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. O que é o Contemporâneo? e outros ensaios. Santa Catarina: Argos, 2009.
State of Exception. Chicago: University of Chicago, 2005.
DELEUZE, G. Lógica do sentido. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 4. São Paulo,
Editora 34, 1997.
1933 – Micropolítica e segmentaridade. In: Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia.
Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996a, p. 83-115.
O que é a filosofia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
DELEUZE, G.; PARNET, C. Diálogos. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
HARTMAN, S. O tempo da escravidão. Tradução de Kênia Freitas, Cíntia Guedes e Matheus
dos Santos. <i>Periódicus</i> , v. 1, n. 14, 2021, p. 242-262.
Wayward Lives, Beautiful Experiments: Intimate Histories of Social Upheaval. (E-
Book). New York and London: W.W. Norton & Company, 2019.
Lose Your Mother: A Journey Along the Atlantic Slave Route. Princeton: Farrar Straus
Giroux, 2008.
GUATTARI, F. Revolução molecular: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora
Brasiliense, 1977.
LEMINSKI, P. Distraídos Venceremos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
MBEMBE, A. Crítica da razão negra. São Paulo, Editora N-1, 2018.
Políticas da inimizade. Lisboa: Antígona, 2017.
RANCIÈRE, J. O espectador emancipado. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
A partilha do sensível: Estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009.
WARREN, C. Black Interiority, Freedom, and the Impossibility of Living, Nineteenth-
Century Contexts, v. 38, n. 2, 2016, p. 107-121.
Abandoning Time: Black Nihilism and the Democratic Imagination. Amerikastudien /
American Studies, v. 66, n. 1, 2021, p. 247-51.

O CINEMA E A FAVELA: A FIGURA DA MULHER NEGRA PERIFÉRICA NO FILME "ANTÔNIA"¹³

Gabrielly Sabóia Gonçalo de Araújo

Aluna de Licenciatura em História. Pesquisadora e membro do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias (CPDEL/UFRJ).

> "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela." Angela Davis

RESUMO: A presente pesquisa pretende realizar uma análise das representações cinematográficas femininas, especificamente as das mulheres negras periféricas, apresentadas no filme "Antônia" (2006). Iremos analisar até que ponto a narrativa apresentada pela obra é capaz de retratar a realidade cotidiana, além de apontarmos os aspectos presentes no filme que atuam como perpetuadores de estereótipos cinematográficos construídos sobre a figura da mulher negra periférica, além de apontarmos a possibilidade de mobilizar o cinema como meio para o processo de reconstrução identitária das mulheres negras. Também buscamos relacionar tal cenário com a influência do Estado no que se refere a maneira como alguns sujeitos são governados, subalternizados e explorados pelo capitalismo. Neste caso, as mulheres negras figuram enquanto elemento capaz de ilustrar como a governança sociocultural, e o cinema enquanto seu "auxiliar", atua a fim de manipular a população em direção aos estereótipos estabelecidos sobre essas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: mulher negra; estereótipos; cinema; favela.

ABSTRACT: The present research intends to carry out an analysis of female cinematographic representations, specifically those of peripheral black women, presented in the film "Antônia" (2006). We will analyze the extent to which the narrative presented by the work is capable of portraying everyday reality, in addition to pointing out the aspects present in the film that act as perpetuators of cinematographic stereotypes built on the figure of the peripheral black woman, in addition to pointing out the possibility of mobilizing the cinema as a means for the process of identity reconstruction of black women. We also seek to relate this scenario to the influence of the State regarding the way in which some subjects are governed, subordinated and exploited by capitalism. In this case, black women appear as an element capable of illustrating how sociocultural governance, and cinema as its "auxiliary", acts in order to manipulate the population towards the established stereotypes about these women.

KEYWORDS: black woman; stereotypes; movie theater; shanty town.

¹³ O presente artigo é fruto dos resultados da pesquisa "A representação da mulher negra periférica em 'Antônia (2006)'", desenvolvida como iniciação científica do projeto temático coordenado pelo Prof. Dr. Wagner Pinheiro Pereira, no Instituto de História da UFRJ, e financiada pelo CNPq/PIBIC, no período de set/2020 a abril/2021.

INTRODUÇÃO

O filme em questão esteve em cartaz em fevereiro de 2006 e contou com a direção de Tata Amaral, uma cineasta brasileira considerada por muitos críticos como uma das mais importantes realizadoras do cinema brasileiro a partir de 1990. A obra em questão apresenta a história de quatro amigas de infância (Preta, Barbarah, Mayah e Lena), moradoras da Vila Brasilândia (periferia da zona norte de São Paulo), que possuem um sonho em comum: cantar rap e fazer disso a fonte de seu sustento.

O enredo retrata a vida de 4 jovens negras — Preta (Negra Li), Bárbarah (Leilah Moreno), Mayah (Quelynah) e Lena (Cindy Mendes). Amigas desde a infância e moradoras da periferia de São Paulo, esse quarteto buscava realizar um grande sonho em comum: fazer sucesso enquanto um grupo musical de rap, porém a realidade se mostrou muito mais desafiadora. Após passar por uma série de acontecimentos em suas vidas pessoais e ver de perto a violência, a exclusão social e o machismo, o quarteto denominado "Antônia" consegue compor o seu grande single (de mesmo nome) durante uma visita à Bárbarah na penitenciária e realizar sua primeira apresentação oficial no pátio da unidade prisional. Mesmo depois de tantos altos e baixos, seguem esperançosas e em busca da tão sonhada carreira musical enquanto realizam pequenas apresentações em bailes e rodas de rap pela região da periferia.



O quarteto. Fonte: Google Imagens

No que se refere aos estudos da representação da mulher negra no cinema nacional, mesmo sendo baixa a quantidade de pesquisas que abordam gênero nesse cenário, foi possível perceber, através da omissão da variável raça nos poucos textos encontrados que tratavam do tema, determinada carência na produção de conteúdo acadêmico específico onde

o entrelaçamento gênero-raça seja um dos pilares fundamentais da análise. Sendo assim, a presente pesquisa se justifica a partir do interesse pessoal, mas também intelectual, de colaborar com a produção de conteúdo acadêmico em concordância com as críticas que o feminismo negro realiza acerca da indústria cinematográfica utilizando como elemento norteador a análise dos estereótipos e dos demais elementos que compõem a narrativa sobre as personagens em questão.

Dessa forma, os principais objetivos deste artigo dialogam com a análise de como a figura da mulher negra periférica é repleta de estereótipos que são perpetuados pelo cinema e reafirmados a partir de "Antônia". Busca-se explicitar os argumentos que sustentam a construção dessa imagem estereotipada enquanto um elemento-base para o uso de características que fazem parte da lógica do racismo estrutural, além de demonstrar como o cinema também pode ser usado como um meio de reflexão sobre a reconstrução identitária da mulher negra.

Assim sendo, a presente pesquisa foi pensada e executada em concordância com o que Candido e Júnior afirmam em seu artigo:

Entendemos que análises unidimensionais, atentas apenas às variáveis gênero ou raça, acabam não levando em consideração aspectos cruciais do cruzamento entre esses dois modos de discriminação, responsáveis simultaneamente por assimetrias severas em nossa sociedade. (CANDIDO; JÚNIOR, 2019: 1)

Em relação à metodologia utilizada temos que, partindo da análise minuciosa das personagens da obra audiovisual e da presente narrativa, buscou-se construir um caráter explicativo do tema por meio do qual o fenômeno da representação pôde ser melhor explicado por meio de investigações cujo objetivo não se resume a conclusões definitivas, visto que o tema proposto pode ser abordado por outras linhas de pensamento e até mesmo a partir de outras obras audiovisuais que também deem espaço para o recorte de raça, gênero e classe de maneira que ambos sejam considerados enquanto elementos indissociáveis no que se refere à realidade de mulheres negras periféricas como as personagens retratadas no filme e aqui analisadas.

Ademais, utilizou-se de fontes primárias e fontes secundárias - capítulos de livros, artigos etc -, a fim de obter embasamento teórico acerca da temática. Por fim, devido a presença de diferentes tipos de dados, essa pesquisa pode ser entendida enquanto uma análise qualitativa-quantitativa.

AS ESTATÍSTICAS E O CINEMA

Partindo das experiências vivenciadas pelas personagens e analisando de maneira minuciosa, não é difícil perceber que a narrativa presente em "Antônia" é repleta de visões estereotipadas construídas a partir de uma perspectiva proveniente do senso comum cuja função é contribuir para a reafirmação da marginalização dos sujeitos periféricos e, neste caso em específico, das mulheres negras periféricas. Tais indivíduos são vítimas da discriminação social sem sequer terem cometido algum crime para serem considerados como menos relevantes para a construção do cinema nacional em um país onde de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2019, 56,1% da população se autodeclara como negra.

Esse desprezo confirma o princípio da falta de representatividade, não somente de mulheres negras reais, mas de pessoas negras no geral, nas obras cinematográficas como a que está sendo usada como objeto de análise, já que, ao que tudo indica, além das protagonistas da trama, havia somente mais um indivíduo negro na equipe principal do filme: o músico Parteum, um dos compositores da música-tema da obra.

A falta de representatividade pode ser entendida como parte de um fenômeno não só de tentativa de apagamento da existência de pessoas negras nos mais diversos âmbitos sociais, mas também atua enquanto um elemento que tem origem no século XIX e na investida, por parte do Estado brasileiro, em incentivar a vinda de imigrantes europeus para o Brasil a fim de embranquecer a população através da miscigenação. Em ambos os casos estamos falando sobre agressão, invisibilização e imposição de uma superioridade branca.

Em entrevista ao portal Notícia Preta, a Doutora em Ciência Política e também uma das autoras de um dos artigos principais utilizados como referência para essa análise, Marcia Rangel Candido, falou a respeito da realidade experienciada por pessoas negras no cinema: "Os negros, em geral, estão em cenas de criminalidade, são pobres e têm 'final triste'. As mulheres negras estão quase sempre retratadas em relações familiares instáveis, em espaços de violência e tragédia social e nunca são representadas em filmes de romance. O papel que mais se repete quando falamos da mulher negra é o da prostituição e o da hipersexualização. Isso não reflete a diversidade da mulher preta no Brasil, mas reforça um estereótipo".

A maneira como as mulheres possuem poucos papéis de protagonismo, poucas falas e são constantemente retratadas como objeto sexual e como sujeitos inferiores no que se refere a trama das obras audiovisuais nos mostra a disparidade entre o gênero masculino e o feminino nesse cenário. Além disso, as estatísticas não mentem em relação a mulheres negras (pretas e pardas): segundo o estudo "Informe Diversidade de Gênero e Raça nos Lançamentos Brasileiros de 2016" da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), nenhum filme brasileiro do ano de 2016 foi dirigido, roteirizado e nem produzido por uma mulher negra.

Sendo assim, a ausência de mulheres negras em cargos de direção, roteiro e até mesmo atuação, impacta diretamente na estruturação e apresentação de uma narrativa que mostre a realidade e que possibilite a identificação com as personagens a partir da associação com mulheres negras reais e igualmente múltiplas em suas personalidades e realidades. A homogeneização das vivências e das narrativas e o apagamento da multiplicidade que faz parte deste e de outros grupos apontam para a continuação de uma prática segregacionista e excludente cujo objetivo principal é o apagamento de sujeitos históricos constantemente marginalizados.

O cinema pode ser visto enquanto uma prática social capaz de disseminar representações capazes de identificar os sujeitos. Sendo assim, é imprescindível que novas formas de representação sejam pensadas juntamente do desenvolvimento de novas tecnologias e do uso de embasamento teórico para que esse processo de modificação e reestruturação da habilidade cinematográfica de se "reconectar" com seu público-alvo possa prosseguir, além de medidas que possibilitem o acesso desses mesmos marginalizados à produção cinematográfica e também à veiculação de filmes pois, assim como Stuart Hall fala (HALL, 2011), tais representações simbólicas são produzidas como um reflexo social e com uma intencionalidade, ou seja, pensando no tema aqui discutido, o cinema estaria exercendo o papel de agente representante de uma visão socialmente disseminada através da permanência de preconceitos estruturalmente presentes e que se sustentam a partir de uma cultura machista, racista e branca.

A maneira como as personalidades das protagonistas da obra foi construída possui grande influência de estereótipos já presentes não apenas no cinema brasileiro, mas também na teledramaturgia. Marcia Rangel Candido e João Feres Júnior propõem, em seu artigo

(CANDIDO; JUNIOR, 2019), uma tipologia de estereótipos que parte do que Stuart Hall (HALL, 2016) chama de "regime racializado de representação", onde Hall explica que a repetição de certas imagens acaba por contribuir para a atribuição de determinados significados a grupos em virtude de sua raça. Essa conexão entre raça e gênero acabou sendo construída de maneira marginal em relação ao importante papel que o cinema poderia desempenhar no que se refere a tópicos como representatividade, formação do imaginário popular e desenvolvimento do senso crítico de seus espectadores.

Essa mesma tipologia de estereótipos, composta por sete caracterizações ¹⁴ diferentes (deixando em aberto a possibilidade de subcategorias), gerou, segundo Candido e Júnior (CANDIDO; JÚNIOR, 2019: 1), "(...) resultados que permitem concluir que perdura a subrepresentação da mulher negra e a criação predominante de imaginários negativos, que as reduzem [as mulheres negras] a ícones do espaço doméstico e a objetos de sexualização e de dissimulação.". Partindo para a análise das representações retratadas em "Antônia" será possível compreender mais facilmente sobre a aplicação de tal tipologia.

AS PERSONAGENS, OS ESTEREÓTIPOS E O CAPITALISMO

O feminismo negro, enquanto um movimento político (no sentido mais amplo da palavra) que visa coordenar e se organizar para que as pautas e reivindicações de mulheres negras sejam consideradas como importantes para a construção de uma sociedade que seja livre das desigualdades, do racismo e da misoginia, possui a ampla noção de que a figura da mulher negra na sociedade carrega uma série de rótulos social e historicamente construídos com base numa "(...) visão deturpada da realidade, que subestima as particularidades contextuais das mulheres negras." (CANDIDO; JÚNIOR, 2019: 2).

Na tentativa de fazer um paralelo entre a ficção e a realidade, de acordo com Candido e Júnior, o cinema acabaria utilizando o caráter realista como justificativa para que grande parte dos personagens pobres e periféricos das tramas sejam interpretados por atores e atrizes negros, "no entanto, a representação de uma realidade não pode servir para ignorar as outras. A repetição de poucas características para grupos amplos da sociedade sugere mais a reprodução de preconceitos, do que uma correspondência clara com a população." (CANDIDO; JÚNIOR, 2019: 4).

^{14 &}quot;mulata", "favelada", "crente", trombadinha", "revoltada" ou "militante", "empregada" e "batalhadora".

A problemática dos estereótipos tem início a partir do instante em que as tentativas de representação cinematográfica se transformam em personagens cujas narrativas reforçam diversas formas de opressão e objetificação dos corpos negros femininos. Cabe utilizar aqui o conceito empregado por Iris Young (YOUNG, 1990: 58), o "imperialismo cultural". Essa concepção pode ser usada para se referir a opressão que dá origem a diferentes significados posteriormente atribuídos a um determinado grupo que está sendo representado e acaba tendo suas narrativas invisibilizadas ao mesmo tempo em que são cercados de estereótipos, e é exatamente esse cenário que pode ser identificado no filme "Antônia". Na obra podemos identificar quatro personagens retratadas a partir de características que giram em torno dos estereótipos já mencionados.

A personagem Bárbarah, interpretada pela atriz, cantora, dançarina e compositora Leilah Moreno, se encaixa no estereótipo descrito por Candido e Júnior como a "favelada": temperamento forte que beira a agressividade, alguém com uma resposta pronta para tudo que lhe dizem – a famosa "respondona" ou "barraqueira". A narrativa do filme explora de maneira tão incisiva essa "característica" atribuída à Bárbarah que a personagem acaba sendo presa por agredir e levar a óbito o rapaz que espancou seu irmão. A "superação" de vida da personagem se deu durante uma visita de suas amigas à unidade prisional onde compuseram a música carro-chefe do grupo: "Antônia".

A descrição implícita de Bárbarah engloba "características" atribuídas não somente à mulher considerada como "favelada", mas também à própria favela: pobreza, violência, criminalidade e trabalho constante. Todos esses elementos empregados seguem servindo de argumento para a perpetuação dos estereótipos que giram em torno da favela e tudo que a compõe: sua realidade, o caráter de seus moradores, a violência local e a caracterização das mulheres negras que ali residem.

Interpretada pela atriz, cantora e compositora Negra Li, Preta é retratada como uma mulher sonhadora e imensamente preocupada com o futuro de sua filha Emília, porém, esses mesmos adjetivos são usados como apoio para atribuir a ela a postura de mulher "batalhadora": alguém em constante luta em busca da subsistência e da superação das sucessivas contrariedades que a vida lhe impõe. Candido e Júnior discorrem que mesmo que não seja um estereótipo negativo, ainda assim ele é comumente atribuído a mulheres pretas e pardas, trabalhadoras e de classe baixa.

É possível pensar também que usar desse lugar-comum para retratar a vida de Preta significa dar suporte ao estereótipo historicamente construído de que a mulher negra é forte, tudo suporta e raramente demonstraria fraqueza ou sensibilidade. Em uma entrevista para o site Alma Preta, a historiadora Roberta Tavares explicou a ligação desse estereótipo com a experiência escravista nas Américas, pois juntamente da criação de um ideal feminino associado às mulheres brancas, houve a negação dessa feminilidade para as negras: "As mulheres negras não tiveram direito, e nem privilégio, de se colocar nesse lugar de fragilidade porque sempre estiveram ocupando um lugar que não cabe a fragilidade que é tida às mulheres brancas".

Quelynah, cantora e atriz, foi quem interpretou Mayah, uma jovem preocupada com as tendências da moda. Assim como Bárbarah e Preta, Mayah também se enquadra no estereótipo de "favelada", porém de uma maneira diferente pois justamente por conta de seu interesse pela forma de se vestir também podemos associá-la ao estereótipo "mulata": uma mulher que gosta de usar roupas curtas, chamar a atenção por onde passa, não liga para a opinião alheia, tem um "quê" de sensualidade e figura como objeto de desejo masculino.

O perfil da "mulata" restringe a figura dessa mulher ao papel de objeto sexual, a desumaniza e por muitas vezes opera com o intuito de atribuir à personagem a "rejeição racial", visto que sua aparência física pode aproximá-la do padrão de beleza branco. Atribuir esse lugar de submissão às mulheres negras é, por muitas vezes, a ação responsável pela ocorrência de crimes de violência doméstica e até mesmo de altos índices de feminicídio (entre março de 2020 e dezembro de 2021, 2.451 mulheres foram vítimas de feminicídio de acordo com o estudo "Violência contra mulheres em 2021" elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública).

Maria Madalena foi a personagem com menor destaque. Interpretada por Cindy Mendes, atriz e cantora, Lena é uma mistura de dois estereótipos: "favelada" e "batalhadora". Além de passar por todos os altos e baixos que fizeram parte da trajetória do grupo Antônia, essa jovem embarca em um relacionamento abusivo com um rapaz que também morava na favela e, durante um momento delicado onde o futuro musical era incerto pelo fato de Bárbarah estar presa, ela descobre que está grávida e se vê proibida pelo namorado de continuar participando do grupo e realizando apresentações caso desejasse que ele assumisse a paternidade da criança e desse continuidade em seu relacionamento.

O comportamento conformado de Lena indica um traço habitualmente atribuído a mulheres em constantes situações de violência e já citado anteriormente, o que também seria um aspecto do estereótipo "favelada", a submissão, a posição de subserviência, o que também podemos entender como um resquício do regime escravocrata brasileiro onde a mulher negra ocupava o papel de serviçal, subjugada, "acomodada" e "conformada" com aquela realidade.

Portanto, pode-se perceber que todos esses estereótipos são facilmente aplicados a personagens negras de outros filmes, como "Mulheres do Brasil", "Totalmente Inocentes" e "Ó Paí, Ó". As visões que a estrutura social possui sobre a mulher negra são tão genéricas, subalternizadas e não representativas que se faz necessário identificar a ocorrência e a repetição desses estereótipos para que seja possível obter embasamento teórico-metodológico com o intuito de construir uma consciência crítica e incentivar o debate, mas, para além disso, pensar em formas de subverter o padrão e elaborar estratégias para que as mulheres negras se sintam respeitosa e verdadeiramente representadas pelo cinema brasileiro:

A estereotipação, o insulto e a negação do reconhecimento são também formas de expressão humana. Alguns podem até argumentar que elas não devem ser banidas pois sem transgressão e alguma violência simbólica a arte se torna agente normalizador e moralista. Nada impede, contudo, que identifiquemos a ocorrência dos estereótipos e tentemos determinar quais os grupos sociais atingidos por eles – isso só contribui para uma maior consciência crítica individual e coletiva acerca de tais práticas de representação e para aguçar o debate em torno delas. (CANDIDO; JÚNIOR, 2019: 11)

Quanto tratamos de contextos inseridos em sociedades capitalistas contemporâneas, como a do presente filme aqui analisado, podemos (e devemos) refletir sobre a influência do Estado nas mais diversas formas de construção coletiva de conceitos e ideias. A partir de tal necessidade de análise utilizaremos o conceito de governança sociocultural empregado por Wallace de Moraes em sua obra "História das Plutocracias no Brasil". O objetivo do emprego desse conceito está associado, segundo Moraes, com a necessidade de entender e definir as diferentes governanças institucionais que podem de fato governar o Estado em uma sociedade capitalista contemporânea.

O autor aponta quatro grandes instituições que estão relacionadas com a governança sociocultural e atuam em prol da manutenção do *status quo*: 1) a grande mídia, 2) a escola (ou a academia), 3) a igreja e 4) a família. Nessa conjuntura, compreendemos que o cinema pode ser entendido enquanto um órgão constituinte da categoria da grande mídia, e assim, a

partir da opinião já apresentada acerca do ponto de vista adotado pelo cinema brasileiro e da percepção de que esse meio de comunicação não possui um caráter autocrítico sem que haja nenhum tipo de intervenção analítica exterior, temos que

Os governados socioculturais são aqueles que não produzem crítica autônoma à sua própria situação de governado e se contentam em receber ordens e conhecimentos alheios sem avaliá-los. (MORAES, 2019: 23)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O filme "Antônia" serviu como um importante objeto de análise para se pensar na forma como os estereótipos sobre as mulheres negras afetam as narrativas apresentadas pelo cinema brasileiro e pensar também na importância de haver uma efetiva representatividade onde o enredo da obra seja construído de maneira subjetiva dando lugar à realidade vivenciada e não somente às opiniões daqueles que não possuem certa "experiência prática" para discorrer sobre questões ligadas aos negros.

Como sinalizado, o cinema por si só não possui uma capacidade intrínseca de automodificação. Sendo assim, toda e quaisquer mudanças percebidas a olho nu podem ser atribuídas a análises como esta que são capazes de informar ao público espectador acerca do que está sendo utilizado como narrativa filmica e também acerca da maneira que certos sujeitos estão sendo construídos a partir do enredo apresentado, além, é claro, da importância do movimento feminista negro que segue lutando e combatendo todo tipo de opressão imposta a nós, mulheres negras.

Nessa pesquisa tomamos como argumento o fato de que a indústria cinematográfica brasileira, apesar de ter passado por significativas mudanças, ainda não demonstrou grandes avanços em relação ao padrão de representação das mulheres negras. Sendo assim, cabe encerrar esta análise com o pensamento de Grada Kilomba na introdução de seu livro "Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano". A autora usa dos conceitos de "sujeito" e "objeto" de bell hooks, para expor a necessidade individual e/ou coletiva de falar por si só, com autonomia, em primeira pessoa e sendo o sujeito de sua própria história, e não ser representado enquanto um mero objeto cuja breve trajetória está sendo contada pelo outro sem qualquer traço autoral. As mulheres negras têm sua própria história, suas próprias memórias e realidades, deixem-nos falar e sermos nossas próprias personagens e inspirações de vida.

A possibilidade de mobilizar o cinema enquanto um meio capaz de proporcionar a reconstrução identitária de mulheres negras transforma a maneira como essas mulheres poderão ser percebidas e interpretadas pela sociedade. Urge a necessidade de uma reanálise dos diferentes canais apropriados pelo racismo a fim de manter-se existindo e vitimando indivíduos negros.

Os mais diversos meios de comunicação podem e devem ser utilizados com o intuito de promover o antirracismo, porém antes disso é indispensável que tanto a população, quanto a indústria cinematográfica (brasileira e internacional) percebam o aparelhamento desse meio visando a perpetuação de uma lógica racista e machista no que se refere à reprodução de preconceitos vinculados com a imagem da mulher negra.

Como já anteriormente mencionado, a presente análise não tem como objetivo o esgotamento das possíveis abordagens relacionadas a diversos aspectos do cinema nacional. Acredita-se que o principal objetivo foi cumprido: a exposição da problemática e o apontamento em direção à possibilidade de modificação da realidade analisada.

Assim sendo, por meio deste projeto foi possível concluir não somente que as pesquisas do meio acadêmico podem ser entendidas como insuficientes no que se refere a abordagem de gênero e raça no cenário do cinema brasileiro, mas também que as representações das mulheres negras, quando ocorrem, trazem consigo elementos cuja função é diferenciá-las das demais e torná-las sujeitos limitados capazes apenas de exercer papéis sociais pautados de acordo com os estereótipos atribuídos a eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, M. R.; JÚNIOR, J. F. (2019). Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro. Revista Estudos Feministas, set. 2019. https://www.scielo.br/j/ref/a/5zzSXRTXZgsN8CMcYjhYQvg/?format=pdf&lang=pt

CANDIDO, Marcia Rangel. Mulher negra é grupo com menor representação no cinema nacional, aponta estudo. Jersey Simon. Notícia Preta, 4 maio 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografía e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Brasil. 2019.

HALL. Stuart. (2016). O espetáculo do "outro" *In*: HALL. Stuart, Cultura e Representação. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016. pp. 139-219.

KILOMBA, Grada. (2020). Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó.

MORAES, Wallace de. (2019), Introdução, *In:* MORAES, Wallace de, História das Plutocracias no Brasil; Rio de Janeiro; Ape'Ku Editora; pp. 15 - 26.

NAPOLITANO, Marcos. (2005) "Fontes audiovisuais: A História Depois do Papel". *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. São Paulo; Editora Contexto; pp. 235-289.

SANTOS, J. C. dos; BERARDO, R. M. (2014). Representações cinematográficas de mulheres negras. Anais do VII Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual Goiânia-GO: UFG, FAV.

Superintendência de Análise de Mercado. (2016). Diversidade de Gênero e Raça nos Lançamentos Brasileiros de 2016. Disponível em https://www.gov.br/ancine/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/apresentacoes/ApresentraoDiversidadeFINALEM250118HOJE.pdf

YOUNG, Iris Marion. (1990). Justice and the Politics of Difference. Princeton: University Press.

DO PATERNALISMO À AUTONOMIA

Alan Fernandes

Graduando em filosofia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO: De 4 em 4 anos somos convidados a escolher aqueles que, durante mais 4 anos, serão os que tomarão as rédeas da política em nosso lugar. Política, nesse sentido, está longe de ser a manifestação das vontades do povo, mas dos soberanos, a quem constantemente delegamos a satisfação de nossos desejos, sempre a pensar que nunca seremos nós mesmos a pavimentar o caminho para uma sociedade mais justa, mas sempre um terceiro, a nos colocar sob a circunstância de seres passivos. Nesse contexto as candidaturas, incluso as com as melhores retóricas, não superam o aspecto do cuidado e o paternalismo. Se concedermos a outros o direito da fala, podemos pelo menos gritar? O que sobra para a esquerda senão uma renovação de seus algozes?

PALAVRAS-CHAVE: eleições; autonomia; luta de classes; democracia; socialismo

ABSTRACT: Every 4 years we are invited to choose those who, for another 4 years, will be the ones to take the reins of politics in our place. Politics, in this sense, is far from being the manifestation of the wills of the people, but of the rulers, to whom we constantly delegate the satisfaction of our desires, always thinking that we will never be the ones to build the path to a more equal society, but always a third party, putting us under the circumstance of passive beings. In this context the petitions, even those with the best rhetoric, do not overcome the aspect of care and paternalism. If we grant others the right to speak, can we at least scream? What is left for the left-wing but a renovation of its tormentors?

KEYWORDS: elections; autonomy; class struggle; democracy; socialism

Em "Que Fazer?", uma de suas célebres intervenções sobre as tarefas do Partido Operário da Social-Democracia Russa, V. I. Lênin postula que a situação em que os trabalhadores se encontram perante a exploração não possibilita uma crítica radical da sua condição de explorados.

Sendo assim, a consciência dos trabalhadores desenvolvida espontaneamente não ultrapassa a crítica da espoliação em escala local, sendo inócua para combater o capitalismo em sua totalidade. Os marxistas-leninistas crêem ser esta a originalidade do pensamento de Lênin, e daí resultam as correntes que destituem da experiência concreta dos trabalhadores a utopia de uma sociedade mais justa.

Na esquerda tornou-se hegemônico, mas não consenso, esse tipo de leitura que acredita que os trabalhadores precisam ser educados para construir um modo de vida melhor. Autores como Bernardo (2005) desafíam essa concepção:

Em qualquer luta importa mais a forma de organização dos participantes do que o conteúdo ideológico inicial. A tomada de consciência faz-se através da possibilidade que cada pessoa tiver de colaborar na condução prática da luta, sem se limitar a ouvir doutrinas ensinadas por outros. A aprendizagem ideológica só é criativa quando ajuda a conceptualizar experiências já adquiridas ou em vias de aquisição; e quanto mais profundamente vividas forem essas experiências tanto mais longe se pode levar a aprendizagem ideológica. É a luta o fundamento e o principal motor desta pedagogia, e a autonomia ou se aprende a partir de uma base prática ou não se aprende. (BERNARDO, 2005, s.p)

Ou seja, não é o fator externo, mas o caráter prático que possibilita a existência de uma alternativa radical à sociedade. Oscar Wilde (2013), em uma escala maior, postularia que o socialismo autoritário seria incompatível com a satisfação material do trabalhador, sendo este o conteúdo do socialismo, e não um esboço metafísico erguido pelos intelectuais.

Se a reflexão chegou até aqui, é porque na esquerda ainda existe um messianismo "proletário" que procura contrastar com um messianismo *mainstream*. Mais uma vez Wilde (2013) nos é certeiro ao postular que a forma não pode ser incompatível com o conteúdo, sem o qual não se pode concretizar a utopia:

[...] O que é um projeto prático? É um que ou já está em vigência, ou que poderia ser posto em execução nas condições vigentes. Mas é exatamente contra essas condições que ele se insurge; e qualquer projeto que pudesse aceitá-las seria injusto e descabido. Passarão as condições, e a natureza humana se transformará. (WILDE, 2013, p. 73)

Essa conclusão literária não difere em nada do que em filosofia política pode se conceber como os sujeitos sociais adquirindo papel ativo na sua libertação. Bernardo (2015, s.p) postula-o da seguinte maneira:

Por modesta que seja uma experiência, os participantes vão-se habituando a dirigir a sua actividade e vão aprendendo na prática aquilo que opõe essa solidariedade e esse colectivismo ao Estado capitalista. É esta a única maneira sólida como os trabalhadores podem, no plano prático, reforçar progressivamente a sua capacidade de organizar as empresas e a sociedade e, no plano ideológico, forjar uma consciência de classe.

Ou seja, não é no âmbito teórico, mas prático, que a sociedade pode se opor às condições de vida a que se insere.

Por que falar de prática, afinal? Ora, a atividade prática não está dissociada da atividade intelectual. Por que seria de tão difícil interpretação? Os marxistas só teriam de recorrer àquilo que o próprio mestre escreveu na segunda de suas *Teses sobre Feuerbach*:

A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objectiva não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o carácter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não realidade de um pensamento que se isola da práxis é uma questão puramente *escolástica*.(MARX, 1982. s.p.)

Portanto, tal como a autonomia intelectual é possível, também a autonomia no âmbito prático existe e se contrapõe como elemento ideológico ao messianismo das agendas político-partidárias.

Assim como a autogestão da sociedade se prepara na autogestão das lutas (BERNARDO, 2005), os sujeitos sociais compreendem-se como seres de luta a partir de sua prática reflexiva.

Não existe tanto para Bernardo, e como veremos, também em Bogdanov, espaço para interpretar teoria e ação ou consciência e realidade como entidades antagônicas. O que fazemos com a estrutura da mente só é possível porque entendemos a noção do "eu" enquanto um eu-em-relação, não enquanto um sujeito transcendental (BOGDANOV, 2021).

Bogdanov é da concepção de que a filosofia pressupõe atividade concreta e reflexiva, daí a desvirtualização da dualidade entre teoria e prática, sujeito e objeto. Nesse sentido:

O desenvolvimento da consciência de classe contém uma particularidade filosófica. De início, ela se apresenta espontaneamente e de forma assistemática, transformando-se pouco a pouco em uma filosofia 'artesanal' dos proletários. (BOGDANOV, 2016. P. 8. Tradução nossa)

Dessa maneira, a filosofia política de Bogdanov contrasta com a de Lênin, que para Lukács (2012) é definida como "consciência atribuída", isto é, "de fora". Para o primeiro, tentar ensinar o socialismo aos trabalhadores em luta é o mesmo que ensinar o cozinheiro a cozinhar. Cozinhar ele já sabe, e é a luta, não os intelectuais, quem determina a autenticidade de uma receita.

Bogdanov advertiu seu antigo companheiro Lênin e as correntes que o seguiram de que uma organização proletária só seria possível mediante uma cultura proletária (BOGDANOV, 2022).

Castoriadis (1964) percebeu-no também ao escrever sobre a revolução de outubro:

A Revolução Russa nos obriga a refletir não somente sobre as condições de uma vitória do proletariado, mas também sobre o conteúdo e o destino possíveis dessa vitória, sobre sua consolidação e seu desenvolvimento, sobre os germes de um fracasso cujo alcance transcende infinitamente a vitória de Versalhes, de Franco ou dos tanques de Kruschev. Porque esmagou os exércitos brancos, mas sucumbiu à burocracia que ela mesma engendrou, a Revolução Russa nos põe diante de problemas de natureza diversa daqueles relativos à tática ou aos métodos da insurreição armada ou à avaliação correta da correlação de forças. Ela nos obriga a refletir sobre a natureza do poder dos trabalhadores e sobre o que entendemos por socialismo. (CASTORIADIS, 1964, p. 227)

Mais adiante, o socialista autogestionário formula que é este caráter ativo do proletariado enquanto classe que se fez ausente, e que determinou o desenvolvimento do capitalismo de estado na Rússia. Ou seja, não há espaço para uma consciência vinda de fora que seja mais socialista do que aquela fornecida pela prática-reflexiva dos próprios trabalhadores no decorrer de suas organizações. Destino cruel este que lhes deu razão. Mas por que falar de práxis?

* * *

O cenário político-social brasileiro encontra-se conturbado como nunca e são inegáveis os retrocessos experimentados nos últimos anos, encarnados sobre o projeto político do bolsonarismo. Este projeto experimenta um novo modo de governar. Alguns arriscam chamá-lo de desgoverno, mas afinal, que governo não governa?

o que parece é que Bolsonaro entrou no governo não para *governar*, mas para *destruir* o "sistema". Bolsonaro e o bolsonarismo são radicais – justo aquilo que a esquerda um dia já foi. Bolsonaro faz política, e política é conflito. Bolsonaro foi eleito porque apresentou no âmbito político a proposta que mais se adequou à conjuntura e que foi apresentada da forma mais simples e direta possível, falando a linguagem das massas de eleitores – e fugindo de debates. O PT defendeu coisas em

que cada vez menos gente acredita: democracia e direitos. Depois de décadas no poder e uma conjuntura mundial de crise, todo mundo parece saber que isso é hipocrisia. Enquanto o PT repisava e vendia algo que fez pela metade, Bolsonaro "falou a real": "não tem democracia", "o Brasil tá uma merda, tá uma guerra" e "eu te dou uma arma para você se defender da bandidagem". As pessoas votaram preferindo o cinismo de Bolsonaro ao invés da hipocrisia do PT. (PASSA PALAVRA, 2019. s.p.)

No ano seguinte, Polese (2020) arrisca afirmar que a declínio institucional do campo democrático-popular contribuiu para o advento de novas figuras na esteira do bolsonarismo:

[...] o bolsonarismo teve nos governos democrático-populares uma antessala que tornou possível que a tendência marginal do fascismo bolsonarista se convertesse em tendência dominante, chegando ao ponto de conseguirem eleger o presidente e uma ampla gama de representantes nos mais diversos níveis do Executivo e Legislativo. (POLESE, 2020. S.p.)

Se naquela ocasião as tendências mais (supostamente) *anti-establishment* da direita puderam ascender; no momento da escrita deste artigo, o Rio de Janeiro volta a reeleger Romário (PL), candidato de Bolsonaro ao Senado. Ficam então, para os próximos 4 anos, 3 bolsonaristas representando o RJ. O retrocesso retrata uma derrota mais ampla. Segundo o Correio Braziliense, de 27 senadores eleitos para os próximos 8 anos, 20 são alinhados à Bolsonaro. Alessandro Molon (PSB), o candidato mais próximo de um progressismo, ficou em segundo lugar, à frente de Daniel Silveira (PTB) e Clarissa Garotinho (União Brasil).

Só para elucidar o estado geral, que não pode ser minimizado com a eleição de Lula, figuras como Damares (Republicanos), Sérgio Moro (PR), Mourão (Republicanos) e Marcos Pontes (PL) "cuidarão" dos brasileiros no Senado nos próximos 8 anos. À primeira vista pode-se pensar nessas figuras debandando da chapa de Bolsonaro, mas é muito pelo contrário, o que ocorre é um alastramento da influência bolsonarista em segmentos onde ele precisaria de apoio em uma eventual reeleição, é possível entender isso a partir da expressão "entregar a mão para salvar o braço" 16. Todos devem sua popularidade ao Presidente da República (apesar de nem todos gozarem do mesmo prestígio, como é o caso de Moro e

¹⁵ Ver aqui: < https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5041513-dos-27-senadores-eleitos-neste-ano-20-sao-apoiadores-de-bolsonaro.html >

¹⁶ Essa expressão foi popularizada pelo personagem Capitão Nascimento do filme *Tropa de Elite*, de José Padilha. Nascimento é um policial com fortes tendências autoritárias e que crê que as polícias são a única instituição que permanece "íntegra" diante do sistema. Só no segundo filme Nascimento percebe que não conhece as nuances da corporação a que é filiado. Reacionários identificaram-se mais com o primeiro filme do que com o segundo, vide seu comportamento brutal em investidas policiais.

Mourão). Diante do cenário defensivo em que a esquerda se encontra, o que parece ser mais urgente é entender quais são as tendências que estão em jogo e como sair desse estado.

Diante de uma política imprudente na pandemia, de irresponsabilidade com os mais pobres e de desprezo pelas pautas inclusivas, surge diante às cinzas uma figura que ascende no cenário eleitoral opondo-se a essa política com promessas de dias melhores – crê-se que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está novamente preparado para o serviço. Em entrevista para a Economist¹⁷, acerca do atual desafio, afirma que:

[...] em 2002 disputávamos a eleição num clima de democracia. Tivemos dois partidos concorrendo, o PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira] e o PT, mas de uma forma civilizada. Hoje estamos preocupados com o restabelecimento do regime democrático brasileiro. [...] Estamos concorrendo a uma eleição num momento em que a situação política é pior, e a democracia sofre ataques todos os dias, ataques onde o presidente não respeita a Suprema Corte, um presidente que nunca falou com os sindicatos, nunca falou com o movimento negro, nunca falou com as mulheres.

Fato é que Lula tem um triunfo que são seus tempos de bonança de seu primeiro e segundo mandatos. A partir de 2012-2013 isso muda e o Partido dos Trabalhadores vive sua maior crise, resultando na condenação de Lula por corrupção e no Impeachment de Dilma Rousseff, sua sucessora. O final do seu primeiro mandato coincide (se é que pode se chamar de coincidência tal arranjo político) com as jornadas de junho que se estendem até 2014. Não à toa, começa a aparecer na esquerda a tese de que estaria sendo promovida uma "guerra híbrida" em que a direita estaria capitalizando as revoltas de junho como uma reação fascista.

Justiça seja feita, não se pode negar o apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), mercado financeiro e grande parte do *establishment* contra o projeto democrático-popular e o legado deixado pelo governo, mas daí para associar as jornadas de junho às "guerras híbridas" é um exercício demofóbico (MEDEIROS, 2020). Excepcional é a conclusão que chegaram um grupo de militantes a despeito do paradoxo da democracia em meio ao turbilhão social de 2013:

Desde 2013, a esquerda fugiu da revolta. E fez isso estendendo a bandeira da democracia. Por um lado, podia dizer que os protestos eram um perigo à ordem democrática e justificar a repressão; [5] ao mesmo tempo, podia elogiar as manifestações e enquadrá-las nessa ordem — ao enxergar em junho um movimento por "mais direitos" e "mais democracia", apagava o conteúdo concreto e contestatório dos protestos. A luta contra aquele aumento de 20 centavos não apenas tocou num aspecto crucial das condições materiais de vida na metrópole, como

¹⁷ Ver aqui: < https://www.economist.com/the-americas/2022/09/30/how-luiz-inacio-lula-da-silva-would-govern-brazil >

expôs os limites dos canais de participação que vinham sendo aperfeiçoados nos últimos governos. A violência que tomou as ruas deixou o discurso democrático sem lugar. (UM GRUPO DE MILITANTES, 2019. S.p.)

Para conservar sua reputação e cumprir a promessa de dias melhores, Lula precisa endireitar-se, nos dois sentidos possíveis para a palavra. Precisa ter destreza ao se desassociar dos casos de corrupção e "politicagem" que caracterizam suas gestões anteriores; paradoxalmente precisa recorrer à mesma estratégia que o alavancou e que possibilitou sua aceitação na corte política — fazer acenos ao "Centro" e à centro-direita que encontra-se dividida com relação à Bolsonaro.

Lula tem como vice Geraldo Alckmin (PSB), uma figura carimbada e marcada pelo seu recente antagonismo. Alckmin é reconhecidamente um rosto à direita cuja importância é consolidar um novo pacto nacional em que tudo vale e que vale tudo pela "democracia". Além disso, já costura conceder uma vaga de destaque em seu governo para Meirelles, seu antigo ministro da economia, que anos depois rivalizou com Dilma e desferiu críticas ao petismo. Marina Silva (REDE) também já acenou apoio ao ex-presidente, e expoentes do impeachment de Dilma Rousseff hoje se vêem do outro lado do muro. Perguntado sobre a situação no Brasil, em dezembro de 2018, Zizek afirma que:

Jamais devemos esquecer que uma democracia (e aqui não me refiro a uma autêntica democracia do povo, mas uma simples democracia multipartidária, em que diversos partidos disputam o poder) só funciona sob o pano de fundo de certo consenso ou pacto. Você pode fazer suas escolhas, promover seus debates etc., mas somente dentro dos limites de certo pacto ou marco consensual. De forma que, por exemplo, nos Estados Unidos você tem os Republicanos e os Democratas. É verdade que eles têm suas diferenças, mas eles compartilhavam todo um conjunto de ideias e premissas básicas. O mesmo valia para a Europa Ocidental. (ZIZEK apud BOITEMPO, 2018. S.p.)

Lula (*apud*. MOLITERNO,2022) procura caber dentro deste consenso e por isso apresenta um discurso mais brando do que aquele com que iniciou sua vida política, mas não muito diferente daquele que já carregava no ano de sua primeira eleição, ocasião em que escreveu a *Carta aos Brasileiros*. O petista remete ao ato de "cuidar" dos brasileiros.

"Cuidar" segundo o Houaiss (2022), tem o tom de "responsabilizar-se por", "administrar", "tratar", características que pressupõem um controle externo. Foi esse também o jargão de Marcelo Crivella (PRB) ao vencer a disputa à prefeitura do Rio de Janeiro. É claro que também existe outra forma de pensar o cuidado, como por exemplo, ao referir-se à

ética do cuidado, tese defendida por algumas pensadoras na filosofía. Mas da etimologia do termo, "care" refere-se ao cuidado como objeto. Ou seja, o ser social é objeto e não sujeito na relação. Problema que Paulo Freire impôs em suas reflexões pedagógicas:

Se, na experiência de minha formação, que deve ser permanente, começo por aceitar que o *formador* é o sujeito em relação a quem me considero o *objeto*, que ele é o sujeito que *me forma* e eu, o *objeto* por *ele formado*, me considero como um paciente que recebe os conhecimentos-conteúdos acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos. Nesta forma de compreender e de viver o processo formador, eu, objeto agora, terei a possibilidade, amanhã, de me tornar o falso sujeito da "formação" do futuro objeto de meu ato formador. É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem *forrar* é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. (FREIRE, 1996. P.13)

Ao falar em "cuidar" fica evidente o sentido semântico e prático onde surge a figura sujeito-objeto onde há uma passagem de um discurso de "protagonismo" para "cuidado". Dessa mudança de narrativa, na verdade, resulta uma mudança de paradigma: não são os trabalhadores a conquistar melhorias por meio de sua autonomia, mas o melhor representante a personificar a graça paternalista. Esse paradigma é profético do que se tornou a nossa esquerda nos últimos tempos:

As lutas autônomas dos trabalhadores dos anos 1970 resultaram na formação do mais potente instrumento político que jamais tiveram – o *Partido dos Trabalhadores* (PT). Não por acaso, foi entre intelectuais petistas de primeira hora (Eder Sader, Marilena Chauí, Marco Aurélio Garcia, Herbert Daniel, Marcos Nobre, Maria Célia Paoli, Silvio Caccia Bava, Vera Silva Telles, Amnéris Maroni etc.) que emergiu no Brasil o autonomismo: foi o grupo da revista **Desvios** quem, nas cinco edições publicadas aperiodicamente entre 1982 e 1986, trouxe à militância de esquerda brasileira nomes como Negri, Guattari, Castoriadis, Lefort e outros "autores" de "textos" tão caros aos autonomistas de hoje (e àqueles que lhes fazem as cabeças); não por acaso, a velha **Política Operária** optou por dissolver-se no interior do partido; não por acaso, os exilados em contato com as lutas autônomas dos trabalhadores na Europa retornaram com "outras ideias", que desembocaram no PT e no *Partido Verde* (PV) [...] (PASSA PALAVRA, 2015. s.p.)

Assim, a palavra de ordem, "por um controle operário" converteu-se em "por um governo *para* os trabalhadores". No ato de fundação do partido, mesclavam-se aspirações genuinamente autônomas com um sentimento de que seria preciso um esforço para recorrer às instâncias formais de decisão, nota-se esse caráter popular em um trecho retirado do manifesto da fundação do Partido dos Trabalhadores:

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis. Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1980. S.p.)

Na esteira do que o Passa Palavra menciona sobre o papel do autonomismo na dissolução das lutas em favor do partido, Mendes (2009, p.289) lembra o papel que Negri sugeriu à esquerda latino-americana:

O fracasso do passado inspira a esperança no presente. O "vento da democracia começa a se tornar impetuoso no subcontinente americano". A construção atual da democracia se torna possível, segundo Cocco & Negri, exatamente no exercício contínuo das lutas sempre singulares pela emancipação e interdependência no continente, bem como através da nova dimensão do trabalho imaterial e da cooperação social. Se o desafio político aberto pela recente eleição de governos de esquerda passa pela relação inconclusa (de interlocução e ruptura) entre movimentos e governos, é o conceito de poder constituinte que se torna ao mesmo tempo evidente e enigmático.

De uma teoria das vanguardas, a palavra de ordem da consciência vinda de fora, que chamamos cultura messiânica, originou uma teoria das vanguardas, relegando aos trabalhadores em luta o caráter passivo sobre o processo de transformação da sociedade. De outro lado, Lucia Bruno postula:

Quando o conjunto dos trabalhadores de uma empresa ou o conjunto dos moradores de um bairro lutam e decidem coletivamente as suas questões, eles mantêm em mãos o poder de decisão, desenvolvendo a sua coesão e a sua consciência revolucionária. (BRUNO, p.45)

Por isso não é menos importante do que uma discussão do que fazer ou quem eleger no curto prazo, discutirmos como colocar a autonomia no centro do debate, o que implica necessariamente em nos posicionarmos como sujeitos políticos, ao invés de sujeitos que promovem políticos:

Ao intervirmos nas lutas de nosso tempo, saímos de nossa zona de conforto. Se já o fazemos na prática, é preciso fazê-lo igualmente em nossas reflexões políticas. Isto implica em sair do debate estéril – e politicamente ambíguo – do "governismo" e entrar no debate *do fortalecimento da classe através de conquistas materiais e culturais*. (PASSA PALAVRA, 2015. s.p.)

Sobre essa ineficácia política, Barros também afirma que o mínimo que podemos fazer é repensar o conceito de política, senão as lutas sociais não serão travadas por sujeitos sociais, mas por líderes sociais:

E é evidente que o jovem não tem só desinteresse por isso que hoje se chama "política", como detesta aqueles que a defendem. Não sem razão. Lula não conseguirá compreender esse processo, mas a sua permanência como única possibilidade para a esquerda, a falta de novos agentes de seu próprio partido, a ausência completa de questionamento ou crítica às instituições, depõe a favor do jovem que se revolta. É preciso tirar a noção de política, resgatá-la, desse imaginário de um consenso que apenas nos guia à reprodução da mesma lógica exploratória. No fundo, essa política sem política é simplesmente uma gestão da economia que forma burocratas especializados no mercado eleitoral. Uma obrigação engessada que pede de dois em dois anos que saiamos com nosso título eleitoral na mão para fazer nosso "papel de cidadão". É preciso, portanto, derrubar essa noção da política como conciliação de interesses se quisermos realmente construir o sentido do político. E sendo assim, para revigorar um imaginário da política é preciso perguntar novamente: que é isso, a política? Ou seja, fazer o paradoxal exercício ensinado por Hegel de que para fazer uma ideia avançar é preciso retornar aos seus fundamentos. (BARROS, 2021. S.p.)

Deixados com a terra arrasada do bolsonarismo, não podemos ignorar que, dentre os que querem cuidar, cuidam cada um de sua maneira; mas não seria essa a perpetuação ideológica da anulação da prática material (BERNARDO, 1991)?

Se for isto utópico, é mais um atestado de derrota, pois "um mapa-múndi que não inclua a utopia não é digno de consulta, pois deixa de fora as terras a que a humanidade está sempre aportando." (WILDE, 2013. P. 44).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Douglas Rodrigues de. A política como conflito. **Blog da Boitempo. Set.** 2021. Disponível em: < https://blogdaboitempo.com.br/2021/09/09/a-politica-como-conflito/ > (Acesso em Out. 2022)

BERNARDO, João. A autogestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas. **Piá Piou**, Vol. 3, 2005.

BERNARDO, João. Economia dos conflitos sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

BOGDANOV, Alexander. Poesia Proletária. **Passa Palavra.** Set. 2022. Disponível em: < https://passapalavra.info/2022/09/145706/ > (Acesso Out. 2022)

BOGDANOV, Alexander Aleksandrovich. The philosophy of living experience: popular outlines. Boston: Brill, 2015.

BOGDANOV, Alexander Aleksandrovich. Toward a New World: Articles and Essays, 1901-1906. Boston: Brill, 2021.

CASTORIADIS, Cornelius. **O papel da ideologia bolchevique no nascimento da burocracia.** In: CASTORIADIS, Cornelius. A experiência do movimento operário. São Paulo: Editora Brasiliense. 1964.

BOITEMPO. Žižek: A eleição de Bolsonaro e a nova direita populista. Blog da Boitempo. Dez. 2018. Disponível em https://blogdaboitempo.com.br/2018/12/04/zizek-a-eleicao-de-bolsonaro-e-a-nova-direita-populista/ (Acesso em Set. 2022)

FOLHA ONLINE. Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. **Folha de São Paulo**. Jun. 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml (Acesso em Set. 2022).

FREIRE, Paulo. A Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

HOUAISS. "Cuidar" Disponível em < https://houaiss.uol.com.br/ (acesso em Set. 2022)

LUKÁCS, György. **História e Consciência de Classe: Estudos sobre dialética marxista**. 2ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach.** Marxists' Internet Archive. 1982. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm (Acesso em Set. 2022)

MENDES, Alexandre *et al.* Glob (AL): biopoder e luta em uma América Latina globalizada. **Liinc em Revista**, v. 5, n. 2, 2009.

MOLITERNO, Danilo. "Ser patriota é cuidar de todos os brasileiros", diz Lula no 7 de Setembro. CNN Brasil. Set. 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ser-patriota-e-cuidar-de-todos-os-brasileiros-diz-lula-no-7-de-setembro/ (Acesso em Set. 2022).

MEDEIROS, Jonas. "Guerras Híbridas" um panfleto pró-putin e demofóbico. Passa **Palavra.** Jan. 2020. Disponível em: < https://passapalavra.info/2020/01/129676/ > (Acesso em Out. 2022)

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores. PT.org.br Out. 1980 Disponível em: < https://pt.org.br/manifesto-de-fundação-do-partido-dos-trabalhadores/ > (Acesso em Set. 2022)

PASSA PALAVRA. Reflexões sobre a autonomia (6): classe e autonomia na era PT. Passa Palavra Mai. 2015. Disponível em: https://passapalavra.info/2015/05/104053/ (Acesso em Set. 2022).

PASSA PALAVRA. Bolsonarismo: a ala insurgente da direita brasileira? Passa Palavra Jun. 2019. Disponível em: https://passapalavra.info/2019/06/126643/ (Acesso em Set. 2022)

POLESE, Pablo. Teses sobre o bolsonarismo e a conjuntura brasileira. Passa Palavra. Jul. 2020. Disponível em < https://passapalavra.info/2020/07/133249/>

THE ECONOMIST. How Luiz Inácio Lula da Silva would govern Brazil. The Economist Set. 2022 Disponível em: < https://www.economist.com/the-americas/2022/09/30/how-luiz-inacio-lula-da-silva-would-govern-brazil>

WILDE, Oscar. A alma do homem sob o socialismo. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013.

UM GRUPO DE MILITANTES. Olha como a coisa virou. **Passa Palavra**. 2019 Disponível em < https://passapalavra.info/2019/01/125118/ (Acesso em Set. 2022).

A NATURALIZAÇÃO E IMPOSIÇÃO DO ESTADO COMO SOBREVIVÊNCIA DO COLONIALISMO

Max Reis

Graduando em Ciências Sociais (UFRJ).

RESUMO: No presente artigo, buscaremos retomar às origens do sistema vigente, sob uma crítica decolonial e libertária, e abordaremos como a colonialidade permanece no atual cenário na medida em que a imposição de um Estado e suas instituições ainda é uma realidade, não apenas no sentido da materialidade que assumem seus sistemas jurídicos, a violência institucional, a burocracia e todos os inúmeros atravessamentos na vida dos indivíduos, como também pelo fato de ser colocado como única possibilidade de mundo, até mesmo no contexto de projeções políticas. O texto abordará, ainda, o caráter estadolátrico da esquerda institucional no que se refere ao reducionismo das lutas anarquistas.

PALAVRAS-CHAVE: Anarquismo; voto nulo; colonialidade; eleições; estadolatria.

ABSTRACT: In this article, we aim to go back to the origins of the current system, under a decolonial and anarchist critique, and address how coloniality remains in the current scenario insofar as the imposition of a State and its institutions is still a reality, not only in the sense of the materiality that its legal systems, institutional violence, bureaucracy, and all the countless crossings in the lives of individuals assume, but also by the fact that it is placed as the only possibility of social organization, even in the context of political projections. The article will also address the statolatist character of the institutional left regarding the reductionism of anarchist struggles.

KEYWORDS: Anarchism; null vote; coloniality; elections; estadolatry.

Em tempos de eleições, os discursos advindos de um intenso marketing político ocupam todos os espaços, resultado de um custoso processo que chega à casa de 1 bilhão de reais retirados dos cofres públicos. Assim, emprega diferentes estratégias para cooptar e fidelizar novos eleitores, num apelo absoluto pela crença dos cidadãos nas promessas de candidatos que na maioria das vezes já tiveram uma oportunidade considerável de demonstrar o nível de seu trabalho e compromisso com o povo – e que, em geral, falharam de maneira grave em diversas áreas de carência da população. Apesar de existirem numerosos motivos concretos de se rejeitar o sistema representativo, os discursos políticos buscam culpabilizar as abstenções e votos brancos e nulos pela vitória de um dos candidatos, sempre antagonista, subjetivamente – a depender do observador - colocado na categoria do "bem" ou do "mal". Paralelamente, cientistas políticos se debruçam sobre os resultados eleitorais em busca de explicações para a quantidade notável de pessoas que não escolheram um candidato, pessoas possivelmente céticas da concepção hegeliana de que o Estado seria a essência da razão. Desse modo, pressões são exercidas de todos os lados com uma única chamada: VOTE. Somado a isso, nas eleições de 2022, alas supostamente mais radicalizadas saíram em defesa dessas mesmas ideias, não apenas respaldando as eleições ao votar em um dos candidatos, como também colaborando com a propaganda eleitoral e alegando a centralidade do voto na luta, ao passo que apontavam uma defasagem da estratégica do voto nulo, utilizado historicamente em especial pelos anarquistas, como também por parte da população que não deposita confiança e expectativa positiva no sistema representativo. Nesse sentido, percebese uma assimilação da ideia de sujeição ao Estado - nesse caso, capitalista - como mais benéfica para a vida em sociedade, até mesmo por parte de determinados setores que se autodenominam radicalizados. Isto porque o Estado é comumente associado à única forma possível de organização política e social, enquanto mais racional e democrática. Com isso, percebe-se um eco de tempos coloniais, um fantasma que permanece, inerente à tradição da modernidade, remetendo a sua sangrenta formação.

Em 1492, com a invasão e conquista do que se convencionou chamar América, um novo padrão de poder mundial foi instaurado, como fruto da efetiva constituição da modernidade. Orientada por valores eurocentrados, a modernidade buscou apagar toda e qualquer outra possibilidade de mundo, ao passo que procedeu a uma série de atrocidades, como o dramático extermínio de povos originários dos territórios invadidos, a escravização

dessas nações indígenas e, mais intensamente, das pessoas sequestradas da África, a uma tentativa de eliminar cosmovisões e invalidar os mais diversos tipos de saberes. Em resumo, foram criadas instituições para auxiliar na imposição de um único modo de vida, uma única possibilidade de existência. À vista disso, as instituições foram fundamentais para o êxito do projeto colonial, as quais garantiram, com base na violência, a imposição da nova ordem social e das normas europeias. Assim, foram defendidas a propriedade privada, a mercantilização da natureza e da vida, a desumanização, exploração e violação dos corpos não europeus. Daí surge a colonialidade do poder, uma nova configuração política mundial capitalista, eurocêntrica, moderna. Porém, esse processo só pode ser compreendido a partir da construção de uma justificativa para todo esse projeto colonial: a ideia de que havia uma diferença racial entre os colonos e colonizados, que denotava a suposta superioridade branca e europeia sobre os demais (QUIJANO, 2005). Não obstante consistir numa invenção colonial racista e ultrajante, sem qualquer respaldo científico, é inegável a materialidade de seus perversos efeitos: foi a farsa da inferioridade racial que estabeleceu os locais ocupados política e socialmente por indígenas e negros, que determinou seus papéis nas relações de dominação. Em suma, não é possível pensar a construção da modernidade sem o racismo como recurso, sem considerar a centralidade do suor e sangue dos povos explorados e escravizados na constituição das nações modernas.

Por tudo isso, a colonialidade do poder estabelecida sobre a idéia de raça deve ser admitida como um fator básico na questão nacional e do Estado-nação. O problema é, contudo, que na América Latina a perspectiva eurocêntrica foi adotada pelos grupos dominantes como própria e levou-os a impor o modelo europeu de formação do Estado-nação para estruturas de poder organizadas em torno de relações coloniais. Assim, ainda nos encontramos hoje num labirinto em que o Minotauro é sempre visível, mas sem nenhuma Ariadne para mostrar-nos a ansiada saída (QUIJANO, 2005, p. 136).

Após o longo período de colonização que fundou e moldou o Brasil enquanto Estadonação, ainda há resquícios explícitos desse sistema, os quais se manifestam a partir das colonialidades, ou seja, do legado colonial. Desde sua origem, uma Necrofilia Colonialista Outrocida foi gestada nesse território, a qual se expressa por práticas do Estado que revelam um desejo, uma paixão pelo aniquilamento de pessoas negras e indígenas, LGBTQIAPN+, pobres, mulheres independentes, revolucionários, etc., respaldadas pelo direito soberano de matar. Esse plano é executado pelo necro-racista Estado, sendo o Brasil um deles (DE MORAES, 2020). Diante do exposto, é perceptível a concretização dessas práticas, as quais

se evidenciam nos constantes ataques a comunidades quilombolas e indígenas; aos genocídios em curso nas favelas; no impedimento de famílias ocuparem prédios abandonados, sendo expulsas para dormir nas ruas; na violência contra manifestantes e rebeldes; na omissão do Estado no que se refere às mortes de pessoas trans e outras dissidentes da cisheteronormartividade; no aprisionamento em massa da população negra; na fome que mata tantas pessoas num país que se dispõe a atender apenas aos interesses das elites econômicas. Portanto, a autoridade estatal, em virtude de estar fortemente vinculada ao militarismo para estabelecer a ordem, utiliza-se principalmente das forças policiais para executar os extermínios, ou apenas ignora as mazelas que atingem a população, e, com a omissão, gera efeitos catastróficos.

É importante salientar, porém, que esse necro-racista Estado se faz presente em todos os períodos históricos do Brasil; em diferentes níveis, pode-se dizer, mas sempre ali, com as instituições policiais fortalecidas, com os interesses elitistas - sobretudo do agronegócio atendidos, com o genocídio negro nas comunidades, com a falta de garantias de terras para os povos indígenas, os quais ficam à mercê de fazendeiros e garimpeiros, não obstante seus direitos estarem previstos pela Constituição de 1988. Isto não ocorre sem motivos: em verdade, a própria concepção de Estado, como demonstrado anteriormente, remonta a essas problemáticas, em virtude de ter surgido racista. Ademais, como qualquer outra estrutura de poder, a nacionalização começa com a violência e imposição de uma ordem contra diversos grupos menores e heterogêneos, os quais passam a ser organizados por um poder central. Na Europa, esse processo de transformação em um Estado-nação – no movimento de dominação interna - ocorreu paralelo à colonização nas Américas, num duplo movimento histórico (QUIJANO, 2005, p. 130-131). A nacionalização nesses moldes faz parte da racionalidade europeia, com sua ideia de unidade, homogeneização; a pretensão de encontrar pessoas tão diversificadas, com diferentes culturas, desejos, especificidades, e aprisioná-las no conceito de povo - no singular. Assim, esse conjunto colossal de indivíduos precisa se submeter à vontade de uma minoria governante, a qual se autodenomina mais esclarecida e, em função disso, deve conduzir esse grande rebanho.

Apesar do Estado nessas condições ter surgido entre os séculos XV e XVI, outras formas de dominação existem há muitos séculos por todos os continentes. Porém, se considerarmos o tempo total de habitação humana na Terra, essas dominações representam

uma minúscula parte de nossa existência enquanto espécie, a qual, inclusive, sob a análise anarquista, evoluiu a partir da cooperação e ajuda mútua, não da competição, isto porque a humanidade como um todo se sustentou inicialmente através dos clas, desses núcleos de pessoas que sobreviveram pelo fator da solidariedade, ajudando umas às outras, como parte de sua natureza, de sua origem e antepassados em comum (KROPOTKIN, 2009). Além disso, é imprescindível resgatar que sempre houve outros tipos de organizações sociais. Na Europa, as comunas livres; os povos indígenas tradicionais que, espalhados por todo o globo e com vivências riquíssimas e distintas entre si, não possuíam centralização de poder e autoridade estatal; os quilombolas que se associaram em sociedades autogestionárias, em fuga da violência sistêmica do colonialismo, e que até hoje mantêm suas organizações vivas, resistentes; várias experiências ao longo da história que funcionaram como anarquistas, como a renomada Comuna de Paris. À vista disso, nota-se a existência de diferentes modos de associações, cada qual com variados potenciais, perspectivas, caminhos, saberes, os quais não cabem nas limitações impostas pelas configurações de um Estado, sempre à procura de domar as distinções, retirar a liberdade das pessoas em função da própria manutenção das instituições estatais - e, no caso do capitalismo, da propriedade privada. Portanto, é preciso retomar essas histórias apagadas, hostilizadas ou inferiorizadas como "primitivas", "retrógradas", "selvagens", além de sempre ressaltar como a história humana não se fundou com um Estado e não se resume à história da sujeição, da desigualdade, da exploração.

E é esta a razão porque, contínua e habilmente, esses pensadores censuram os anarquistas por 'quererem destruir' a sociedade, por 'pregarem o retorno à guerra perpétua de cada um contra todos'. (...) O Estado não é senão uma das formas revestidas pela sociedade no decorrer da história. Como, pois, se pode confundir a Sociedade, que é permanente, com o Estado, que é acidental? (KROPOTKIN, 2000: 09, apud DE MORAES, p. 78).

Esta crença de que o Estado é necessário e que é a única via que possibilita o convívio em sociedade possui como alicerce o eurocentrismo e toda a disseminação da produção de teóricos europeus que construíram narrativas que favorecessem esse pensamento. Na Grécia Antiga, Platão considerava a democracia uma forma perigosa de governo, em virtude de possibilitar que "ignorantes" atuassem na administração pública; logo, defendia a sofocracia, ou seja, o governo dos sábios, com a imagem do governante tipificada em filósofos reis – um seleto grupo de cidadãos que nasceram com "alma de ouro" -, os quais saberiam conduzir o povo pelo seu uso da racionalidade (PLATÃO, 1972). Paralelamente, Aristóteles acreditava

numa diferença natural que posicionava os indivíduos em diferentes locais na hierarquia política, e assim justificava que mulheres e servos deveriam ser completamente destituídos da possibilidade de organizar a pólis. A intelectualidade era uma característica dos governantes, enquanto os escravos possuíam a força, estavam mais próximos da animalidade e, portanto, deveriam ser dominados, o que seria até mesmo benéfico para eles (ARISTÓTELES, 1988).

No século XVI, Maquiavel instaurou uma nova pedagogia política - o chamado "realismo" - que revelava uma perspectiva crua e mais próxima da realidade, o que, segundo o filósofo, poderia servir tanto para o soberano quanto para o povo – para os últimos defenderem-se dos déspotas. Assim, ele defendia o uso de quaisquer meios necessários para a manutenção do poder – a força, o cultivo de uma aparência com "virtudes" que o governante não possui realmente, etc. -, haja vista a natureza vária, instável e má do ser humano, que é facilmente persuadido de uma coisa, mas difícil de ser mantido nessa posição (MAQUIAVEL, 2014). Com isso, percebe-se que o florentino pensa a política através do paradigma do conflito, agindo por disputas e, consequentemente, recorrendo à imposição e coerção pela violência. De fato, o destaque em sua obra é o desvelamento do *modus operandi* da dominação governamental.

No século XVII, Thomas Hobbes funda o contratualismo e essa corrente passa a estabelecer abstrações para explicar o surgimento do Estado de maneira absolutamente descolada da história, dos acontecimentos concretos. A partir dessa dedução, estipula que houve a necessidade da criação de artificialidades – como a sociedade e o Estado – para a saída do "estado de natureza", no qual predominava o mau, a guerra de todos contra todos, na medida em que o homem é mau por natureza. Guiados pelo medo da morte, os indivíduos estabelecem um contrato social renunciando e transferindo o seu direito e poder ao soberano. Assim surge a imagem do Leviatã, um homem artificial feito por todos os súditos, que cederam suas vontades e poder a ele. Com a ideia do pacto e da consequente transferência de poder, ele busca reivindicar a legitimidade absoluta das dominações políticas, visto que o soberano passa a ser total, com o poder de todos e não há forma de nenhum súdito se livrar dessa sujeição. Argumentando que o súdito é o próprio autor do soberano – por ter concedido a ele o seu poder -, desobedecê-lo é desobedecer a si mesmo, e, por essa razão, nada que governante faça pode ser punido, já que ele sabe o que é realmente necessário para promover

a paz da sociedade – o que é impossível de existir sem um Estado, de acordo com o mito contratualista (HOBBES, 2003).

Contrário à visão contratualista que predominava na Ciência Política, Karl Marx recorreu ao materialismo dialético histórico para compreender os movimentos da história baseado nos fatos concretos. Para ele, todo esse processo está marcado pelas lutas de classes e a sociedade moderna apenas reelaborou esses antagonismos, dividindo a sociedade entre burgueses e proletários. Como a burguesia foi a classe revolucionária que findou o feudalismo, o grupo centraliza o poder e o Estado moderno se forma com o objetivo de favorecê-los, de modo a assegurar a propriedade, a expansão do capital e, assim, garantir a manutenção do sistema capitalista. Nesse sentido, "o moderno poder estatal é apenas uma comissão que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa" (MARX; ENGELS, 2013, p. 78). Isto posto, Marx propõe como única saída desse cenário a eclosão de uma revolução do proletariado que o transferirá para o local de classe dominante e possibilitará a instauração da ditadura do proletariado. Ainda que o intelectual apresente uma alternativa radical, em meio à força do liberalismo e reformismo, Marx não se desgarra do Estado como meio para atingir a sociedade plenamente igualitária prevista pelo comunismo. Nessa lógica, o Estado seria apropriado por um seleto grupo do proletariado que supostamente representaria os interesses de todos os outros trabalhadores, com a centralização de tudo nas mãos do Estado socialista, o qual apenas desapareceria quando as classes fossem efetivamente abolidas. Como o anarquista Kropotkin bem avalia (2000, p. 85:86, apud DE MORAES, 2014, p. 79), "a glorificação do Estado e da disciplina, na qual estão empenhadas a Universidade e a Igreja, a imprensa e os partidos políticos, é tão bem feita que, até os chamados revolucionários não ousam olhar de frente para este fetiche".

Infere-se, com isso, como houve a construção de todo um arsenal epistemológico para difundir o entendimento de que o Estado se faz imprescindível, seja nas produções intelectuais de liberais ou até mesmo de setores mais radicais, como os marxistas, os quais ainda se valem do Estado como uma etapa necessária para o alcance do comunismo. Atualmente, esses últimos até mesmo se organizam em partidos políticos e se candidatam nas eleições burguesas. Destarte, as ciências humanas oficiais apresentam um caráter extremamente estadolátrico, além de darem continuidade ao epistemícidio não apenas contra os conhecimentos advindos de fora da academia, como também contra as produções

acadêmicas que negam a legitimidade e necessidade do Estado e do capitalismo (DE MORAES, 2020).¹⁸

(...) o Estado moderno europeu, se alimentou reciprocamente com o colonialismo, praticando-o, foi, portanto, oriundo como um necro-racista-Estado, manchado pelo sangue e suor das suas vítimas, caracterizado por não reconhecer negros e indígenas como humanos. Os novos Estados latino-americanos, caribenhos e da América do Norte foram gestados a imagem e semelhança dos seus pais. Portanto, continuaram a política da morte e do colonialista baseados nas leis ou não. A despeito dessa História, filósofos, historiadores e cientistas sociais continuam a venerar e defender o Estado. Como defendeu Foucault (2002), a gênese do Estado é o direito soberano de matar. Foi desde sempre um necro-racista-Estado (DE MORAES, 2020, p. 61-62).

Essas concepções foram fortalecidas, divulgadas por diferentes meios e impostas de tal forma que mesmo uma parte considerável da população que nunca teve acesso a qualquer uma dessas obras reproduz esses discursos e não consegue conceber uma realidade sem Estado, ainda que esteja insatisfeita com suas condições. A ideia de que o Estado é totalizante e organiza a sociedade, provê segurança, paz, garantias constitucionais, mostra-se contraditória e não condizente com a realidade, considerando a desigualdade social, a falta de acesso à saúde, à moradia, à alimentação adequada – cada vez mais contaminada com agrotóxicos -, à violência policial contra grupos específicos – ainda que, na verdade, esses grupos represente a maior parte da população brasileira -, ao desrespeito por parte do Estado com relação aos direitos previstos na Constituição e à própria instabilidade dos direitos adquiridos – os quais, a qualquer momento, sofrem graves entraves -, entre inúmeros outros problemas que o país possui hoje.

Em vista disso, o anarquismo surge como uma negação a esse sistema perverso, a começar pelo nome. O termo "anarquia" significa *ausência de poder*, e o anarquista rejeita e se revolta contra todo o poder e autoridade estabelecidos. Diante disso, o termo foi comumente relacionado ao caos, à guerra, à desordem, sobrevivendo dessa maneira no imaginário popular, com um caráter negativo (KROPTKIN, 2005). Essa é, sem dúvida, uma das mais explícitas demonstrações de como a estadolatria funciona e se enraíza nas mentes dos indivíduos, em virtude de as evidências do cotidiano constatarem como, na prática, a sociedade com o Estado é indubitavelmente disfuncional: pessoas enjauladas e excluídas em razão de uma lógica punitivista que não tem nenhum resultado positivo para as próprias ou

Para além disso, ainda que alguns grupos estejam ocupando cada vez mais os espaços acadêmicos, pessoas negras, indígenas, transvestigêneres, pessoas com deficiência e outros corpos dissidentes das normas ainda sofrem com esse apagamento, com a desvalorização de seus saberes.

para o restante da sociedade, sobretudo porque o Estado não faz esforços para melhorar as condições sociais no intuito de evitar determinados atos; pessoas em situação de rua sem o mínimo de segurança, ao passo que há inúmeros imóveis vazios ou desocupados; guerras ocorrendo pelo mundo todo por dinheiro, pela busca pela hegemonia, por territórios.

Aqueles que censuram a anarquia, dizendo ser ela a negação da ordem, não desta harmonia do futuro, falam da ordem como ela é concebida pela sociedade atual. A ordem, hoje, (...) é a miséria, a fome, tornadas Estado normal da sociedade. (...) É o camponês de um terço da Rússia morrendo de difteria, tifo, fome, em consequência da escassez de alimentos, no meio das montanhas de trigo, que partem para o estrangeiro. (...) A ordem é a mulher que se vende para alimentar seus filhos; (...) é o operário reduzido ao estado de máquina. (...) A ordem é a guerra contínua de homem a homem, de profissão a profissão, de classe a classe, de nação a nação. (...) A palavra anarquia, implicando a negação desta ordem e invocando a lembrança dos mais belos momentos da vida dos povos, não foi bem escolhida para um partido que caminha para a conquista de um futuro melhor? (KROPOTKIN, 2005, p. 87-89)

Vale ressaltar, ainda, que os direitos existentes não são inerentes ao Estado; a princípio, o Estado surge apenas para garantir os interesses das elites e a propriedade privada, os direitos foram conquistados como resultado de intensas lutas populares ao longo dos séculos, e sempre ficam nesse estado de precariedade: em geral, não são efetivamente respeitados, criam-se obstáculos para o acesso, são revogados ou entram em contradição com alguma outra lei que priorize a propriedade – como no caso da criminalização e despejo de famílias que ocupam prédios abandonados ou do movimento de trabalhadores do campo que ocupam terras de latifundiários e são igualmente hostilizados. Sendo assim, o Estado não presenteia o povo com benesses e apenas as constantes reivindicações das multidões, as revoltas, as greves gerais foram as responsáveis pelos direitos atuais. Não obstante a pressão popular, uma parte considerável da população não tem o mínimo de condições dignas de existência. Apesar de ser um importante indicativo do poder da coletividade, de demonstrar que apenas essa união pode gerar alguma mudança social e de mitigar a vulnerabilidade de certas pessoas, os direitos não são capazes de transformar a estrutura do capitalismo ou o Estado e suas instituições.

Em resposta a essas pressões, o Estado capitalista não se mantém indiferente, e assim precisa ceder, em alguma medida. No século XX, com a crescente radicalização dos movimentos dos trabalhadores – em face da Revolução Russa e tantas outras revoluções levantadas nos países da periferia do capitalismo -, surge com força a forma do Estado Camaleão, o qual busca se metamorfosear e adotar políticas social-democráticas, uma vez

que essa se torna sua estratégia de sobrevivência. O Estado tem ciência de que a revolta popular é poderosa e por isso realiza a extensão de direitos, porém, ainda conserva suas principais características, as quais nunca serão satisfatórias ou compatíveis com os interesses da maior parte da população. Dessa forma, o Estado garantiu a sua continuidade, enquanto freou as lutas populares que estavam caminhando para um processo de ruptura com o sistema capitalista (DE MORAES, 2011).

No atual cenário político brasileiro, com o Bolsonaro como presidente, o Estado está abertamente no seu estado de necro-racismo, em uma de suas mais desavergonhadas demonstrações - apesar de sempre ter sido necro-racista, em absolutamente todos os governos, apresenta-se hoje de maneira muito menos velada. Assim, num desespero para sair desse contexto, as pessoas recorrem aos meios conhecidos e aos quais sempre foram condicionadas: votar nas eleições. Sobretudo quando a luta está debilitada e pouco organizada, se comparada aos esforços da direita ultraconservadora nos últimos anos. O Partido dos Trabalhadores (PT), o qual se denomina "o maior partido de esquerda da América Latina", não fez qualquer mobilização política significativa na maior parte do período do governo bolsonarista, não obstante os grandes retrocessos registrados. Havia, porém, o cultivo de uma esperança desde 2018, a qual apontava para uma espera de 4 longos anos, com a população acumulando os saldos negativos do governo Bolsonaro, e só então, no próximo período eleitoral, viria a demonstração de que a democracia brasileira havia retornado com toda a força, com a nomeação do presidente Lula. Várias foram as narrativas produzidas por ambos os lados para a própria vitória nessas eleições, principalmente apegando-se à religião como distinção moral. O Bolsonaro permaneceu com sua estratégia de propagação massiva de fake news, de se colocar como antissistema - ainda que ele seja a expressão de como verdadeiramente são as engrenagens do sistema representativo -, e, apesar dos resultados extremamente negativos da sua gestão, sobretudo no que se refere ao completo abandono da população no contexto da COVID-19 e do Brasil ter retornado ao Mapa da Fome das Nações Unidas, ele ainda tentou criar uma imagem do dirigente que se preocupa com os mais pobres, com promessas que podem ser realizadas retirando ainda mais direitos. 19

^{19 &}quot;Para cumprir promessas eleitorais de Jair Bolsonaro, como garantir Auxílio Brasil de R\$ 600 e 13º do benefício às mulheres, sua equipe estuda parar de corrigir salário mínimo, aposentadorias pela inflação e seguro-desemprego pela inflação registrada no ano anterior. Se isso acontecer, o presidente vai tirar de pobres para dar aos mais pobres ainda, reforçando sua imagem como um Robin Hood às avessas. Essas medidas fazem parte de um plano do ministro da Economia Paulo Guedes para refundar a legislação sobre

Outrossim, não deixa de assumir uma postura completamente preconceituosa contra diversos grupos, com a defesa escancarada da propriedade e de valores conservadores. Em verdade, mesmo o Lula, defendido por pessoas dissidentes das normas, realizou discursos conservadores, foi omisso ou apresentou propostas insuficientes para determinados grupos, como para pessoas LGBTQIAPN+. No que tange às ações específicas que tomará quando presidente, pouco foi dito além de promessas genéricas, no entanto, foi muito realizado o resgate de determinados direitos mínimos que quaisquer pessoas deveriam possuir, os quais foram apresentados como fruto da sua gestão. Todavia, basta observar os seus dois períodos de governo para notar a explícita aplicação de uma agenda neoliberal e a demagogia de seus discursos, na medida em que, por exemplo, fala contra as privatizações e estabelece aliados e dá cargos para políticos que possuem essa medida como prioridade. Além disso, o favorito da esquerda institucional candidatou-se ao lado de Geraldo Alckmin, conhecido principalmente pelos escândalos de corrupção e pelo enfrentamento repressivo contra manifestações e pelo amplo uso da violência policial quando governador de São Paulo, direcionado até mesmo aos estudantes de ensino médio no período das ocupações de 2015 e 2016.

Essas não são táticas exclusivas do Lula ou do Bolsonaro, são parte de todo um jogo político que impulsiona o sistema representativo, em busca do convencimento do eleitorado, para assim receber alguma legitimação social. No entendimento anarquista, todos os governos capitalistas possuem um mesmo objetivo: o de resguardar o direito da propriedade e, para tanto, explorar as classes mais pobres, sobretudo pessoas negras e indígenas - adiciona-se, assim, o aspecto decolonial da crítica. No caso do Brasil, uma visão crítica dá conta de perceber que ambos os candidatos estão alinhados com esse mesmo princípio; ainda que os discursos sejam diferentes, as práticas demonstram essa prioridade do capital. Em ambos os governos, houve a criminalização dos movimentos sociais, o encarceramento em massa – sobretudo com a Lei de Drogas, sancionada no governo Lula -, o fortalecimento de operações violentas em favelas e a consequente – e objetivada - morte de muitas pessoas negras, o descumprimento do compromisso com a territorialização dos povos indígenas, a precarização dos direitos trabalhistas, a omissão em relação à violência contra pessoas trans,

as contas públicas do país em um segundo mandato de Jair. O problema é que essas fundações vão ser estruturadas na base do aperto do cinto dos que já não têm." Ler na íntegra em: https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/10/20/para-cumprir-promessa-bolsonaro-estuda-tirar-de-pobres-para-dar-a-pobres.htm

entre outras problemáticas. E, é claro, há a apropriação dos feitos da sociedade pelos governantes – sobretudo em suas reeleições -, que serviram apenas para ceder alguns direitos antes que a revolta popular tomasse proporções realmente revolucionárias e não pudesse mais ser impedida. Com isso, cabe até o questionamento sobre o quanto esse sistema pode ser chamado de democrático, visto que ele não é voltado para satisfazer o povo.

(...) a burguesia teme, acima de tudo, a revolução social, e sabe que contra esse perigo, não existe outro refúgio senão o Estado; é por isso que ela quer e exige sempre o Estado o mais forte possível, ou, simplesmente, a ditadura militar; mas, para realizar suas ambições e enganar com mais facilidade o povo, faz questão que esta ditadura seja revestida das formas da representação nacional, que lhe permitam explorar as massas em nome do próprio povo (BAKUNIN, 2003, p. 145).

Mesmo um governo revolucionário de proletários, tal como projetado por Karl Marx, permanece preso à estadolatria e pressupõe a existência de um grupo mais esclarecido que deve se encarregar de comandar os considerados ignorantes. Há a reprodução, em outros moldes econômicos, do mesmo princípio de que a maioria precisa ser gerida e dominada, tendo sua liberdade privada por não possuir capacidade de autogoverno e autodeterminação. Com isso, a ideia de representação permanece como um fetiche a ser incitado e cultuado, o pilar que sustenta o Estado, seja ele qual for, a despeito da experiência evidenciar a ilusão de um conjunto de indivíduos dar conta de representar pessoas tão plurais. Essa ideia se baseia propriamente na homogeneização do conceito de "povo", o qual se mostra uma forma impessoal, distante e reducionista das infinidades de diferenças existentes num país. Nesse sentido, é cabível apontar a impossibilidade e impraticabilidade de atingir a real satisfação de pessoas tão diversas sendo silenciadas, tendo sua liberdade expropriada, por um grupo que se determina superior e mais conhecedor de suas necessidades do que elas próprias.

Assim, nenhum Estado, por mais democráticas que sejam as suas formas, mesmo a república política mais vermelha, popular apenas no sentido desta mentira conhecida sob o nome de representação do povo, está em condições de dar a este o que ele precisa, isto é, a livre organização de seus próprios interesses, de baixo para cima, sem nenhuma ingerência, tutela ou coerção de cima, porque todo Estado, mesmo o mais republicano e mais democrático, mesmo pseudopopular como o Estado imaginado pelo Sr. Marx, não é outra coisa, em sua essência, senão o governo das massas de cima para baixo, com uma minoria intelectual, e por isto mesmo privilegiada, dizendo compreender melhor os verdadeiros interesses do povo, mais do que o próprio povo (BAKUNIN, 2003, p. 47).

Frente a essas críticas, o anarquismo possui a tradição histórica de recorrer ao voto nulo com o intuito de demonstrar sua descrença em relação ao processo eleitoral e como uma forma de não conferir legitimidade ao Estado ao voluntariamente abrir mão de sua liberdade e se tornar mais um que deposita sua confiança - mesmo que descrente - no sistema

representativo.²⁰ Segundo Luigi Fabbri (1921), "não é possível separar a teoria da prática, porquanto para os anarquistas a teoria decorre da prática e é por sua vez um guia para a conduta, uma verdadeira e própria pedagogia da ação". Portanto, para além disso, há a existência de inúmeras outras ações que fazem parte da práxis anarquista durante todos os anos, não apenas no período das eleições. Por meio de ações diretas - ações imediatas realizadas pelos próprios indivíduos, sem a espera de instituições estatais e representações -, os anarquistas promovem greves, protestos, ocupações, boicotes, melhorias em seu próprio território, intervenções artísticas de viés político. Guiados pelo conceito de ajuda mútua, se organizam em campanhas de solidariedade. Executam uma contínua propaganda e divulgação gratuita de saberes libertários, além de diversos outros elementos que fazem parte, simultaneamente, de sua teoria e métodos práticos, os quais se orientam pelos valores de total emancipação humana – e de animais não humanos, visto que há uma vasta adesão da luta antiespecista no anarquismo -, do antirracismo, contra a violência de corpos dissidentes da cisheteronorma, contra o patriarcado, contra a autoridade, a favor da verdadeira e mais profunda igualdade.

Apesar dos fatos supramencionados acerca da práxis anarquista, a esquerda institucional, tão estadolátrica quanto a direita, não concebe que as formas de luta fora das eleições são válidas por si só - e, inclusive, sob o ponto de vista anarquista, as mais válidas, as únicas realmente capazes de transformar a organização social – e reproduz o mesmo pensamento binário ao analisar o processo eleitoral, fazendo uma divisão entre os que votaram no Lula – os que fizeram "o amor vencer" - e os que não votaram, inserindo todas as pessoas que votaram nulo, branco ou se abstiveram na caixa do fascismo. Outros, ainda, retrataram as pessoas que optaram pelo voto nulo, branco ou abstenção como despolitizadas e como ameaça à "democracia", visto que o "vácuo político" abriria margem a regimes totalitários. Essa falácia mostra-se completamente improcedente frente aos princípios defendidos, vivenciados e praticados pelos anarquistas, os quais – em grande parte – optam por não votar como um sentido absolutamente político. A política se faz para além do voto, cotidianamente, em ações de diferentes tamanhos. A política se faz com as pessoas, de baixo

O anarquismo se baseia historicamente nesses princípios, com vasta literatura a respeito e atuações de anarquistas que corroboram com essa interpretação. É possível, porém, como em qualquer ideologia política, haver contradições por parte de alguns indivíduos. A liberdade individual pode ser utilizada para determinar como agir frente às eleições, por exemplo, porém, é importante demarcar que o anarquismo não é dogmático por defender a coerência de sua teoria e prática política.

para cima. As ruas e periferias possuem conhecimento sobre suas próprias necessidades e sobre como o Estado não as prioriza e, por isso, mesmo entre não anarquistas, não há confiança no voto - não porque as urnas não sejam seguras, mas porque o resultado das eleições não assegura transformações em suas vidas; em geral, são oferecidas as mesmas migalhas, e, sendo estas retiradas, a população só pode ter de volta manifestando sua revolta. Para isso, a população precisa se perceber como agente ativo na mudança da história e entendemos que esse processo é continuamente sabotado por partidos, ídolos, figuras políticas que se colocam como atores desses movimentos, como dirigentes de rebanhos que não possuem potência sozinhos.

Além disso, percebe-se essa supervalorização do Estado e a naturalização de sua necessidade como uma das sobrevivências do colonialismo que se expressa no presente. O Estado como criação europeia, fruto de uma intelectualidade que se propõe a única válida, determina a existência da uniformização, busca impedir outras formas de viver e de se organizar. Os povos indígenas e quilombolas, por exemplo, são um dos grupos mais dissidentes da lógica do Estado, além de serem os maiores guardiões das florestas, e, por essa razão, são violentados, assassinados. O mundo colonial/moderno surge apagando as escolhas, as possibilidades das pessoas e dos povos, inviabilizando as diversidades, com o intento de ser universal. Por isso, a continuidade da imposição da sociedade organizada pelo Estado como verdade absoluta demonstra o apagamento de realidades vivenciadas por diversos povos e está vinculada diretamente às raízes coloniais.

No que se refere ao "vácuo político", a esquerda institucional precisa reconhecer que já está acontecendo, e não por culpa de anarquistas, que são minoria no Brasil e fazem sua militância. Desde o fim de outubro, bolsonaristas estão acampados em diversas regiões pelo país exigindo intervenção militar e/ou federal, alegando fraude nas eleições, exigindo a "criminalização do comunismo", entre outros absurdos que são realmente fascistas. Há meses, eles estão organizados em grande número, sob sol e chuva, em meio a alagamentos, ocupando as ruas das cidades, e a esquerda institucional não deu nenhuma resposta. Se os partidos de esquerda, reunidos em uma frente ampla, lograram êxito em acumular 50,90% dos votos válidos - o equivalente a 60.345.999 eleitores -, por que não mobilizaram ao menos alguns milhares de pessoas para contestar, para defender a "democracia"? O espaço das ruas está tomado pelos bolsonaristas e a esquerda institucional se mantém indiferente mais uma

vez, convicta no resultado vitorioso das eleições, à espera da posse do Lula. Essa é uma das principais diferenças entre a práxis anarquista e as dos movimentos partidários: para os anarquistas, o fascismo não se combate nas urnas, e sim nas ruas. O fascismo não vai desaparecer no dia primeiro de janeiro de 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa, Portugal: Vega, 1988.

BAKUNIN, M. **Estadismo e Anarquia**. Tradução de Plínio Augusto Coelho, São Paulo, Imaginário/Nu-Sol/Ícone, 2003. (N. E.).

FABBRI, L. **O conceito anarquista da Revolução**, 1921. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/fabbri/1921/mes/92.htm.

HOBBES, T. Leviatã. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KROPOTKIN, P. **Ajuda Mútua: um fator de evolução**. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

KROPOTKIN, P. Palavras de um Revoltado. São Paulo: Editora Imaginário, 2005.

MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. In: Botelho, A. (org.) Essencial Sociologia. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

MAQUIAVEL, N. O Príncipe. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

DE MORAES, Wallace dos Santos. As origens do necro-racista-estado no Brasil – Crítica desde uma perspectiva decolonial & libertária. **Revista Estudos Libertários – REL**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 5-27, 2º Sem 2020.

DE MORAES, Wallace dos Santos. Crítica à Estadolatria: Contribuições da filosofia anarquista à perspectiva antirracista e decolonial. Dossiê: Invisível e Indizível. In: **TeoLiterária**, v. 10, n. 21, 2020.

DE MORAES, Wallace dos Santos. **Estado mínimo contra a fase camaleônica do estado capitalista: um estudo da teoria neoliberal de Robert Nozick**, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/40714181/Estado_m%C3%ADnimo_contra_a_fase_hist% https://www.academia.edu/40714181/Estado_m%C3%ADnimo_contra_a_fase_hist% https://www.academia.edu/40714181/Estado_capitalista_um_estudo_cr <a href="https://www.academia.edu/40714181/Estado_capitalista_um_estudo_capitalista_um_estudo_capitalista_um_estudo_capitalista_um_estudo_capitalista_um_estudo_capitalista_um_estudo_capitalista_um_estudo_capitalista_um_estudo_capitalista_um_estud

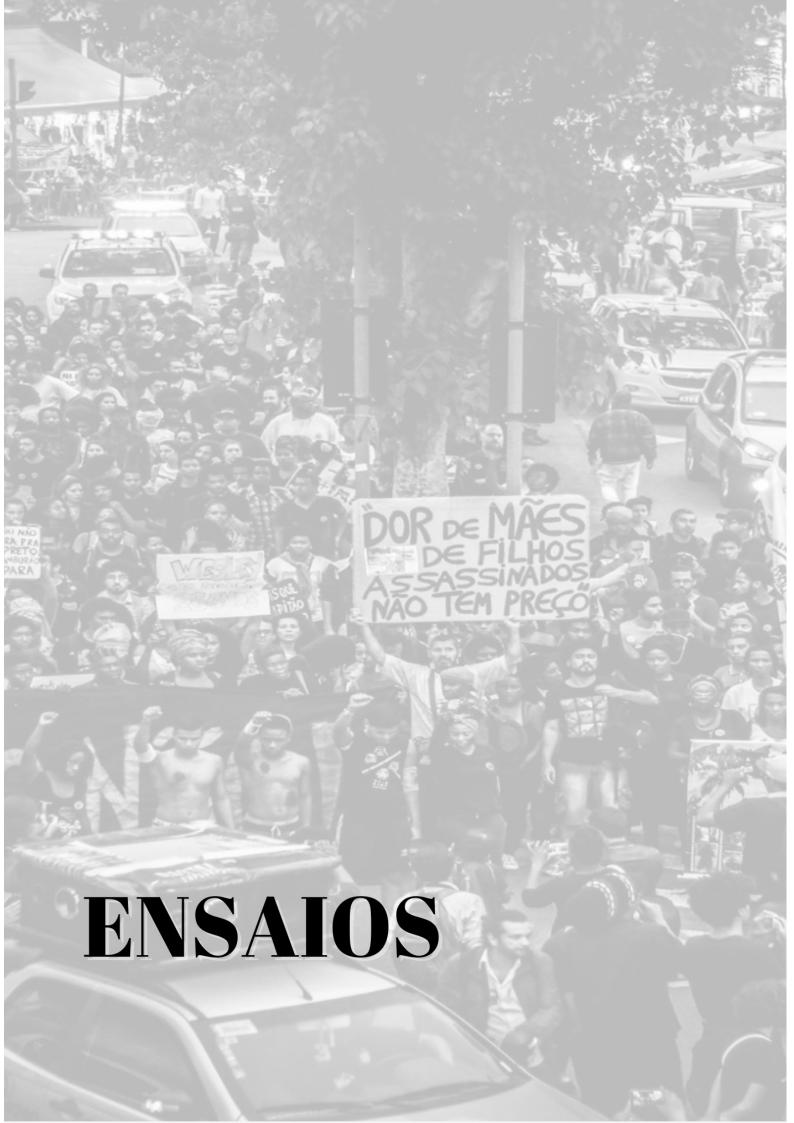
REVISTA DE ESTUDOS ANARQUISTAS E DECOLONIAIS | V. 2, N. 3 | NOVEMBRO DE 2022 | ISSN 2764-7854

DE MORAES, Wallace dos Santos. Kropotkin: História intelectual de um anarquista revolucionário. **Em Debate**, [s. l.], n. 12, p. 64-86, jul-dez 2014.

PLATÃO. **A República**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2005.

SAKAMOTO, L. **Para cumprir promessa, Bolsonaro estuda tirar de pobre para dar a miserável**. Notícias UOL, 20 out. 2022. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/10/20/para-cumprir-promessa-bolsonaro-estuda-tirar-de-pobres-para-dar-a-pobres.htm. Acesso em: 19 dez. 2022.



DEMOCRACIA DO QUALQUER-UM

Thiago David Stadler

Professor Adjunto D do colegiado de Filosofia da Universidade Estadual do Paraná. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Filosofia (PROF-FILO). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS-UFPR).

Com o intento de auxiliar a *festa de democracia representativa liberal* deixo um breve discurso que poderá ser utilizado por qualquer pessoa, em qualquer lugar, para qu'alquer função e ganhará o voto de qualquer cidadão, de qualquer cidade. Afinal de contas, dividir o poder onde ele não está faz parte dos anseios ilusórios do sagrado voto. Assim, votemos no/na candidato/candidata *Qualquer-Um*.

Eu sou Qualquer-Um(a), candidato(a) a qualquer cargo pela cidade/estado qualquer pelo Partido *Qualquer*. Inicialmente, quero agradecer a oportunidade dada por todos que me ouvem neste momento. Sabemos que vivemos um período difícil e que qualquer ano exigirá muita experiência, muita competência, muita habilidade e um grande compromisso daquele que ocupar qualquer cargo desta maravilhosa cidade/estado. Será um verdadeiro ato de coragem, pois não há recurso suficiente, não há estrutura e as receitas estão caindo. Por isso que eu e meu/minha vice-Qualquer-Outro trabalharemos de forma digna, de forma honesta, de forma clara e com uma política pautada na economicidade. Quem me conhece, sabe. Toda a luta que enfrentamos para chegar até aqui. Nossa maneira de fazer uma política olho no olho, ombro a ombro, uma política séria em que colocamos como principal ponto da nossa campanha o cuidado com as pessoas. Cuidado que exige diálogo. Dialogar muito. Não privilegiar uns poucos, mas toda a população. Quem me conhece, sabe. Aqui não existe vaidade pessoal. Queremos uma cidade/estado melhor, uma cidade/estado diferente, que se reinventa. Todos sabem que vivemos um tempo em que sofremos por alguns descuidos e desmandos das gestões anteriores e que acabaram deixando a nossa amada cidade/estado em um caos financeiro e político. Por isso digo que será preciso muita experiência para trabalhar com as emendas parlamentares, viajar muito atrás de investimentos e implementar uma

comunicação perfeita com a comunidade. O povo tem direito de participar e se envolver na política. E, é claro, todo mundo sabe que ninguém faz nada sozinho. Precisaremos das lideranças dos bairros, dos empresários e microempresários. Tudo para que não tenhamos que cortar na saúde e em vários projetos essenciais para a população, sem quebrar as contas do município/estado. Por essa razão é preciso ter projetos prontos para entregar para as pessoas. Não qualquer projeto. Bons projetos. Diante disso, a nossa intenção é tocar no coração e na mente de todos os moradores desta cidade/estado iluminada. Descobrir juntos as soluções transparentes e reais para todas as demandas da população. Em função disso, nós achamos e temos a certeza de que uma das melhores políticas públicas que um gestor poderá implementar no próximo ano será na área do desenvolvimento. E isso é algo que estamos vendo a nível de mundo. Não será fácil, sabemos. Mas com muita dedicação, muito estudo, muita humildade, muita vontade de trabalhar e muita decência faremos isso e muito mais. Temos a certeza absoluta de que o governo vem com a força do povo. Com a força da população que foi deixada sem saneamento básico, sem uma educação de qualidade. Vendo isso é que temos como prioridade a saúde, a educação e a segurança. Não pode continuar como está. É preciso pagar melhor os profissionais e valorizá-los. Mas não só isso. Todo mundo tem um parente ou um vizinho na fila do desemprego. No nosso plano de governo o objetivo central é a geração de emprego e renda, sem esquecer das outras demandas. Como faremos isso? Em termos muito práticos e em linguagem simples: nós precisamos de soluções urgentes e efetivas. Todos sabem disso. Agora, para que isso ocorra, precisamos reorganizar todo o organograma da prefeitura/assembleia. Exonerar todos os cargos comissionados da atual gestão. Reduzir as secretarias e as pessoas que trabalham lá. Desburocratizar e simplificar. Em uma palavra: enxugar a máquina e dar um olhar mais humano. Investir pesado na cultura, esporte e lazer. Porque hoje os pais estão com medo de que os seus filhos entrem nas drogas, álcool. E como pai/mãe o que queremos é uma cidade/estado melhor para os nossos filhos e filhas. Preparar a cidade/estado para um futuro melhor dando vez e voz ao povo. O incrível é que isso já está acontecendo. Caminhando por todos os bairros/cidades da nossa cidade/estado só encontramos afeto. Portas abertas tanto dos mais humildes quanto dos mais abastados. Ainda temos que evoluir e muito nesse quesito, é verdade. Será o objetivo central da nossa gestão abrir o gabinete para escutar toda a população. Trabalharemos com transparência e identificaremos as propostas que mais se aproximam de soluções reais. Repito:

REVISTA DE ESTUDOS ANARQUISTAS E DECOLONIAIS | V. 2, N. 3 | NOVEMBRO DE 2022 | ISSN 2764-7854

soluções reais. E não este falatório vazio e sem sentido dos outros candidatos(as). Termino assumindo um compromisso público com esta cidade/estado que tanto nos orgulha: quero cuidar da cidade/estado e executar boas políticas em conjunto com a sociedade. A partir do dia 1º de janeiro de *qualquer ano* vocês poderão me cobrar por tudo o que esclareci nesta proposta elaborada em conjunto com o Partido *Qualquer*.

UMA VISÃO DECOLONIAL DA FINAL DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL

Wallace de Moraes

Doutor em Ciência Política. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF), de História Comparada (PPGHC) e do Departamento de Ciência Política, todos da UFRJ. Membro do Quilombo do IFCS/UFRJ e líder do grupo de Pesquisa CPDEL/UFRJ (Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias).

Se alguém que não conhecesse de futebol e fosse assistir à final da Copa do Mundo, ao olhar os dois times em campo, e fosse perguntado: qual é o europeu? Certamente, apontaria o time da Argentina com a simples justificativa: todos os seus jogadores são brancos.

Dos 11 jogadores da França, que iniciaram o jogo, 5 eram brancos. Na hora dos três gols que empataram a partida para o time francês, apenas 2 eram brancos, sendo 9 negros. Portanto, mesmo os franceses contrários à presença de imigrantes em seu país foram induzidos a vibrar com os gols de Mbappé com ajuda de seus companheiros negros que dominaram a Argentina no segundo tempo e na prorrogação.

Para quem estuda a história do futebol, sabe que um dos aspectos do racismo é exatamente negar aos negros postos de comando, embora sejam excelentes jogadores. Com apenas dois brancos em campo, um deles era o capitão. O técnico, a sua comissão, e o presidente da Confederação de Futebol Francesa, também. Segundo a perspectiva decolonial, essa seria a materialização da colonialidade do saber que privilegia corpos brancos como detentores de saberes mais apurados para comandar.

Mas quais explicações para tantos negros na seleção tricolor? O colonialismo roubou toda a riqueza das Américas e da África para a Europa que virou, *a posteriori*, objeto de desejo de moradia de africanos. Durante a Revolução Francesa, influenciados pela revolução no Haiti, o país foi o primeiro a abolir a escravidão nas coloniais das Américas. Depois do advento da república, o universalismo francês aceitou imigrantes de suas coloniais, sem evitar que ocorresse racismo lá, como relatou Frantz Fanon.

Do lado da Argentina, os indígenas que habitavam o seu território foram reduzidos a quase nada. Alguns historiadores mostram que antes no séc. XIX, aproximadamente 20 a

25% da população de Buenos Aires era composta por negros que foram dizimados na guerra de independência, pois recrutados como soldados e enviados para a linha de frente do campo de batalha. Muitos aproveitaram a guerra e fugiram para o Peru ou Uruguai.²¹ Portanto, a ausência de negros e indígenas na seleção argentina se explica pelo histórico racismo institucional. Nestes termos, é o país da América Latina com o maior percentual de brancos, explicitando suas colonialidades.

Essa copa foi da Argentina, ganha por jogadores que jogam fora de seu país como exemplificação das heranças do colonialismo que lega a hegemonia financeira à Europa. Curiosamente, Messi (um gênio do futebol e mais famoso jogador da Argentina) joga regularmente na França e eventualmente no seu país de nascimento.

Ademais, a própria Copa do Mundo ocorreu em um país sob uma ditadura explícita e com condições de comprar a corrupta FIFA para garantir o evento. Há relatos de que muitos trabalhadores morreram nas construções dos seus estádios. Muitos amantes do futebol ignoram estes fatos. Essa postura não é incomum, pois os intelectuais estudados nas ciências humanas também desprezam que povos inteiros indígenas e africanos foram exterminados com o colonialismo.

Nestes termos, a vitória de uma seleção latino-americana não significou o pódio de um ou mais povos indígenas. Por outro lado, a vitória da França significaria muito mais o êxito de afrodescendentes do que de europeus propriamente. Portanto, não podemos desprezar essas colonialidades.

No próprio estádio da final, embora ocorresse em um país árabe e com quase metade dos jogadores negros em campo, praticamente apenas brancos estavam nas arquibancadas. Esse é mais um exemplo das colonialidades que proporciona quase que posse exclusiva do dinheiro no mundo para os descendentes de europeus e os proporcionam assistir em massa a jogos em uma copa do mundo em um país majoritariamente não branco. São poucos que podem pagar ingressos e viagens caros para torcer nos estádios de futebol em uma copa do mundo. Em suma, o futebol tem estado cada vez mais seletivo pelo porte de dinheiro que é um instituto quase que eurocentrado.

²¹ De acordo com Luciana Bonder, professora do Instituto de Genética da Universidade de Buenos Aires (UBA). Disponível em: https://www.uol.com.br/esporte/futebol/copa-do-mundo/2022/12/13/por-que-a-argentina-que-enfrenta-hoje-a-croacia-nao-tem-jogadores-negros.htm

REVISTA DE ESTUDOS ANARQUISTAS E DECOLONIAIS | V. 2, N. 3 | NOVEMBRO DE 2022 | ISSN 2764-7854

Apesar do colonialismo, da égide do eurocentrismo e do dinheiro que dominam o mundo, essa copa mostrou que a África e seus descendentes alcançaram muito mais do que um histórico quarto lugar com Marrocos. O futebol de Mbappé, sua artilharia do torneio, marcando três gols em uma final, aponta para alguém que certamente deu um passo fundamental para furar o racismo ao lado de negros como Pelé, Garrincha, Didi, Jairzinho e Romário na posição inesquecível de melhores de uma Copa do Mundo. Pode não parecer, mas o protagonismo negro no futebol é um bom recurso para a luta pelo fim do racismo e das colonialidades no esporte e em qualquer lugar! Assim, esperançamos!

Em tempo: viva Pelé – nosso rei negro!